

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
DE PERNAMBUCO - *CAMPUS* RECIFE  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA  
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

ANTONIO RICARDO VIEIRA DOS SANTOS

**A MORADIA COMO UM DIREITO À CIDADE: a trajetória de luta e implantação  
do Conjunto Habitacional Nossa Prata, Paulista, Região Metropolitana do  
Recife-PE**

Recife  
2018

ANTONIO RICARDO VIEIRA DOS SANTOS

**A MORADIA COMO UM DIREITO À CIDADE: a trajetória de luta e implantação  
do Conjunto Habitacional Nossa Prata, Paulista, Região Metropolitana do  
Recife-PE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco . *Campus* Recife, como requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Aduino Gomes Barbosa.

Recife  
2018

Ficha elaborada pela bibliotecária Emmely Cristiny Lopes Silva CRB4/1876

S237i  
2019

Santos, Antonio Ricardo Vieira dos.

A moradia como um direito à cidade: A trajetória de luta e implantação do conjunto habitacional Nossa Prata, Paulista, Região Metropolitana do Recife - PE/ Antonio Ricardo Vieira dos Santos. --- Recife: O autor, 2018.

87f. il. Color.

TCC (Curso de Licenciatura em Geografia) . Instituto Federal de Pernambuco, Departamento Acadêmico de Ambiente, Saúde e Segurança - DASS, 2019.

Inclui Referências e apêndices.

Orientador: Professora Dr. Adalto Gomes Barbosa.

1. Movimentos Sociais. 2. Mobilização popular. 3. Luta pela moradia. 4. Conjunto Habitacional Nossa Prata. 5. Paulista, PE. I. Título. II. Barbosa, Adalto Gomes. III. Instituto Federal de Pernambuco

CDD 304.2 (21ed.)

ANTONIO RICARDO VIEIRA DOS SANTOS

**A moradia como um direito à cidade: a trajetória de luta e a implantação do  
Conjunto Habitacional Nossa Prata, Paulista, Região Metropolitana do Recife-  
PE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco . *Campus* Recife, como requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Geografia.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em 18/12/2018.

Banca Examinadora:

---

Adauto Gomes Barbosa (DASS-IFPE) - Orientador  
Doutor em Geografia - UFPE

---

Wedmo Teixeira Rosa (DASS-IFPE) - Membro externo  
Doutor em Geografia - UFPE

---

Leonardo Barboza da Costa (IFPB- Campus Itaporanga)  
Mestre em Geografia- UFPB

*Dedico este trabalho primeiramente a todas as lideranças dos movimentos sociais que empreenderam corajosamente esta luta em defesa dos menos favorecidos e, não menos importante a todos as pessoas e famílias que participaram direto e indiretamente desse processo de luta coletiva e difícil, porém com final vitorioso e feliz.*

## AGRADECIMENTOS

Preciso agradecer primeiramente a Deus, que me deu força e saúde para eu poder atravessar todas as etapas que passei durante o curso.

À minha mãe, que por circunstâncias da vida não chegou a cursar uma graduação, mas sempre falou da importância do estudo na vida de uma pessoa.

À minha família, que me acolhe em todos os momentos da vida.

A todos os professores do Instituto Federal de Pernambuco, Campus Recife, onde estou terminando o curso, e do Polo Carpina, onde comecei a graduação na modalidade EaD. Em especial quero agradecer ao Prof. Dr. Wedmo Teixeira Rosa, professor do componente curricular - Trabalho de Conclusão de Curso, e ao Prof. Dr. Adauto Gomes Barbosa, que me orientou com competência e paciência, sendo um parceiro de verdade que contribuiu na construção desta monografia e para minha formação.

Agradeço também ao colega de classe Kenedy Silva, que contribuiu me enviando importantes imagens do *Google Earth* para ilustrar o meu trabalho.

Quero agradecer também a todas as pessoas que contribuíram com as entrevistas, dando as informações que precisei para construir o meu trabalho.

Não poderiam ficar de fora desses agradecimentos os amigos funcionários do Centro de Estudo do Hospital Getúlio Vargas, local onde me foi disponibilizado sempre que precisei.

Foi nesse local onde eu fiz inúmeras pesquisas, bem como realizei vários exercícios online quando estive como aluno do Polo Carpina do IFPE.

## RESUMO

A moradia digna é um dos direitos essenciais à vida na cidade e ele não envolve apenas a implantação da habitação, mas também a infraestrutura e os serviços urbanos essenciais. A implantação do Conjunto Habitacional Nossa Prata, na cidade de Paulista-PE, resulta de uma longa trajetória de reivindicações de seus moradores que, por meio de movimentos sociais como o Movimento de Luta pelo Teto (MLT) e o Movimento das Famílias Sem Teto de Paulista (MFSTP), protagonizaram um árduo processo de luta, marcado por ações para pressionar o poder público a implantar o mencionado conjunto habitacional, no bairro de Maranguape II. Tal processo teve início em 2008, sendo que a última etapa de entrega das casas ocorreu em 2018. Apesar de alguns equipamentos públicos comunitários terem sido construídos, ainda é notório o quadro de carência desse espaço em relação à infraestrutura e aos serviços urbanos básicos. Assim, com base nessa problemática, o trabalho analisou o movimento de luta pela moradia para a implantação do referido conjunto habitacional, considerando os avanços, desafios, obstáculos e o significado desse processo para seus moradores. Além do levantamento e da revisão bibliográfica, a metodologia contemplou consulta a sites governamentais, bem como utilizou os instrumentos para obtenção dos dados como as entrevistas semiestruturadas e a observação da paisagem para o registro de fotografias. Como resultado do processo de luta foram construídas 1.438 unidades habitacionais em sete etapas. Dentre os serviços e equipamentos públicos já providos, ressaltam-se o reservatório comunitário de água, a iluminação pública, uma creche e apenas algumas ruas asfaltadas. Esses serviços e benfeitorias estão longe de assegurar o pleno direito à cidade, visto que além da moradia, há ainda a necessidade do atendimento de outras necessidades coletivas para o efetivo exercício desse direito, em sentido mais amplo e no âmbito desse conjunto habitacional.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Mobilização popular. Luta pela moradia. Conjunto Habitacional Nossa Prata. Paulista, PE.

## ABSTRACT

Decent housing is one of the essential rights to life in the city and it does not involve only the building of residences, but also essential urban infrastructure and services. The implantation of *Nossa Prata* Housing Complex, in the city of Paulista - PE, is the result of a long journey claims for right from its inhabitants who, through social movements such as Homeless Workers Movement (MLT), and the Homeless Families Movement from Paulista (MFSTP), performed an arduous process of fight, marked by actions to pressure the public power to implant the aforementioned housing complex in the neighborhood of Maranguape II. This process began in 2008, and the last stage of home delivery took place in in 2018. Although some community public facilities have been built, it is still noticeable the lack of infrastructure and basic urban services in this space. Thus, based on this problem, the upheld work analyzed the housing fighting movement for the construction of the aforementioned housing complex, considering the advances, challenges, obstacles and the meaning of this process for its inhabitants. In addition to the survey and bibliographic review, the methodology included also consulting of government websites, as well as the use of instruments to obtain data such as semi-structured interviews and observation of the landscape for photography registration. As a result of the fighting process, 1,438 housing units were built in seven stages. Among the public services and equipment already provided, it stands out the public water reservoir, street lightning, a day-care center and a few asphalt streets. These services and improvements are far from guaranteeing the full right to the city, since in addition to housing, there is still need to meet other collective needs for the proper right of access to the city, in a broader sense, in the premises of this housing complex.

Key-words: social movements. mass mobilization. fight for housing. *Nossa Prata* Housing Complex. Paulista, PE.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Área em 2009, ainda antes da construção do conjunto habitacional.....	53
Figura 2 . Área do conjunto habitacional em fase de construção, 2013.....	54
Figura 3 - Vista aérea da área do conjunto habitacional, final da obra da primeira etapa, 2014.....	56
Figura 4 . Vista aérea do conjunto habitacional, mostra das duas vias principais de acesso.....	61

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 - Placa de divulgação da política pública do Governo Federal, na área de implantação do Conjunto Habitacional Nossa Prata - Programa PAC.....	49
Foto 2 - Placa de divulgação da política pública do Governo Federal, na área de implantação do Conjunto Habitacional Nossa Prata - PMCMV.....	50
Foto 3 - Vista parcial do conjunto habitacional, com outras etapas finalizadas.....	56
Foto 4 . Vista da entrega da primeira etapa de construção do conjunto habitacional, em 2014.....	57
Foto 5 . Evento solene do ato de entrega da segunda etapa de construção do conjunto habitacional envolvendo lideranças dos movimentos sociais, dezembro de 2014.....	58
Foto 6 . Vista dos imóveis da segunda etapa do conjunto habitacional.....	59
Foto 7 . Reunião na Ocupação Nossa Prata entre os coordenadores do movimento MLT e os acampados.....	62
Foto 8 . Ato de protesto do movimento em frente à Prefeitura de Paulista.....	63
Foto 9 . Reunião de negociação entre as partes: lideranças e integrantes dos movimentos e o agente público.....	66
Foto 10 . Creche Nossa Prata, pertencente ao conjunto habitacional.....	72
Foto 11 . Reservatório comunitário de água do conjunto habitacional.....	73
Foto 12 . Construção da Unidade Básica de Saúde, pertencente ao conjunto habitacional.....	74

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AAST - Associação de Apoio às Famílias Sem Teto de Pernambuco

BNH - Banco Nacional da Habitação

CEF - Caixa Econômica Federal

CAP - Caixas de Aposentadorias e Pensões

CEHAB - Companhia Estadual de Habitação e Obra

CHNP - Conjunto Habitacional Nossa Prata

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FNHIS - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

FCP - Fundação Casa Popular

HIS - Habitação de Interesse Social

IAP - Institutos de Aposentadorias e Pensões

IFPE - Instituto Federal de Pernambuco

MLT - Movimento de Luta pelo Teto

MLTM - Movimento de Luta dos Trabalhadores por Moradia

MFSTP - Movimento das Famílias Sem Teto de Paulista

MTSTP - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de Pernambuco

PNDU - Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida

PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida Entidades

PT - Partido dos Trabalhadores

RMR - Região Metropolitana do Recife

SBPE - Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo

SFH - Sistema Financeiro da Habitação

SNH - Sistema Nacional de Habitação

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
1.1 O PERCURSO METODOLÓGICO PARA A DESCOBERTA DO CONHECIMENTO.....	18
<b>2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A MORADIA COMO DIREITO À CIDADE.....</b>	<b>24</b>
2.1 MOVIMENTOS SOCIAIS: CONCEITO, PAPEL E ATUAÇÃO.....	24
2.2 A PRODUÇÃO PÚBLICA DE MORADIA POPULAR NO BRASIL.....	32
2.3 OS MARCOS LEGAIS NA POLÍTICA PÚBLICA HABITACIONAL.....	38
2.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS TERMOS INVASÃO E OCUPAÇÃO.....	43
<b>3 CONJUNTO HABITACIONAL NOSSA PRATA: DAS PRIMEIRAS LUTAS À IMPLANTAÇÃO.....</b>	<b>46</b>
3.1 OS ATORES ENVOLVIDOS E UM BREVE PANORAMA TEMPORAL ATÉ A IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL.....	46
3.2 PELO DIREITO DE MORAR: LUTA, CONQUISTAS E RECORRENTES DESAFIOS.....	61
3.3 OS DESAFIOS NA LUTA E O SIGNIFICADO DA CONQUISTA DA MORADIA.....	76
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>80</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>83</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>85</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A problemática em torno da falta de habitação para grande parcela da população brasileira, em especial, para os trabalhadores de baixa renda, diz respeito ao não atendimento aos direitos fundamentais garantidos na Constituição brasileira de 1988, onde a moradia digna se constitui como um direito para todos os cidadãos. Nesse contexto, vale ressaltar também o direito à cidade, saúde pública, educação, trabalho, lazer, mobilidade, segurança pública dentre outros necessários e essenciais para uma plena qualidade de vida na área urbana.

A realidade brasileira mostra que tanto a moradia como estes outros serviços públicos acima citados não são oferecidos de forma satisfatória e com qualidade pelas políticas públicas para os grupos menos favorecidos, o que revela dessa maneira a negação desses direitos e o próprio direito de cidadania.

O espaço urbano não é dotado de bens, serviços e equipamentos públicos de modo igualitário que atenda de forma plena e justa as demandas da população em geral. Diante dessa realidade, vale destacar a contribuição do filósofo Henri Lefebvre, para quem a vida na cidade deve ser mediada por um conjunto de direitos como morar, ter bons serviços de saúde, educação, limpeza e iluminação pública, sem esquecer o direito ao lazer e ao trabalho.

Acerca disso, adverte Lefebvre (2001, p. 139) ~~M~~Mudariam a realidade se entrassem para a prática social: direito ao trabalho, à instrução, à educação, à saúde, à habitação, aos lazeres, à vida+.

Esses são alguns dos elementos essenciais para uma boa qualidade de vida na cidade e uma boa cidade seria aquela que asseguraria a seus habitantes o atendimento dessas necessidades básicas. A expressão direito à cidade, portanto, designa um direito de não exclusão da sociedade urbana das qualidades e benefícios da vida urbana e, conforme é analisado neste trabalho, a realidade dos moradores do Conjunto Habitacional Nossa Prata (CHNP), objeto de estudo nesta pesquisa, está longe de tudo isso.

O atendimento de infraestrutura e serviços públicos são indispensáveis para uma vida digna em comunidade como um direito humano e universal. Nesse sentido, ressalta-se que o CHNP, apesar de ter sido uma grande conquistada para os seus moradores no que diz respeito, do acesso à moradia, ele não está ainda dotado da maioria dos serviços públicos necessários para sua população.

Nele se constata a falta e/ou precariedade de alguns desses serviços como, por exemplo: a não pavimentação de algumas ruas, a falta de escola, uma área de lazer, e transporte coletivo.

Nesse caso, a configuração de um espaço com características nitidamente periféricas, no sentido de carências ou mesmo ausências de alguns direitos sociais, faz com que se coloque aqui que a luta pelo direito à cidade nesse conjunto habitacional até o presente, é ainda um processo bastante incompleto.

No que tange particularmente ao direito à moradia, vale dizer que o acesso à casa própria para as famílias de classe popular é para muitos trabalhadores urbanos brasileiros um desejo ainda inacessível e excludente em razão de vários fatores. Entre esses fatores se destacam os custos necessários para se possuir uma casa, onde se inclui a compra do terreno e dos materiais para a construção de um imóvel, que não condiz com os baixos salários que recebem a grande maioria dos trabalhadores brasileiros.

Inclui-se também nesse contexto de difícil acessibilidade para a obtenção de uma casa, a incompatível proposta de financiamento por parte do mercado imobiliário privado, que não combina com a real situação financeira da população pobre. Outro fator que exclui a população pobre de adquirir a casa própria diz respeito à produção insuficiente de imóveis construídos pelos programas habitacionais do governo, que não consegue atender a demanda necessária de moradia para as famílias de baixa renda.

A grande maioria da classe trabalhadora, em especial urbana, onde está a maior parcela da população brasileira, e que se insere no contexto deste trabalho, não dispõe de recursos financeiros próprios para resolver seus problemas de moradia em virtude dos baixos salários que recebem. Nesse contexto, se inclui os que não têm sequer um emprego para sobreviver e manter sua família em condições digna socialmente.

Sobre essas circunstâncias que caracterizam e envolvem os problemas de moradia para essa população Monteiro; Veras (2017, p.1) dizem que a habitação é um bem de custo elevado e acesso seletivo, excluindo assim os grupos sociais menos favorecidos economicamente.+

Não devem ficar de fora e esquecidos nessa lista dos excluídos o caso dos que, além de não terem emprego, também vivem a morar nas ruas nas piores situações de vulnerabilidade social e econômica. Em outras situações também

precárias ou difíceis de moradia devem ser incluídos, os que moram em áreas de riscos como encostas de morros, os que moram em favelas como em várias metrópoles brasileiras, os que moram de favor na mesma moradia como, por exemplo, na casa os pais ou parentes aproximados, bem como os que moram nos próprios assentamentos de ocupações organizadas ou espontâneas.

Entende-se sobre o que seja uma ocupação organizada aquela que se apoia em movimentos sociais instituídos politicamente com planejamento sistemático que reúne famílias para ocupar e lutar pela moradia, e a ocupação espontânea não se apoia e não depende de um movimento social para realizar uma ocupação.

Na verdade, até que governos anteriores e atuais têm tomado medidas quanto a essa questão da falta de moradias por meio dos programas habitacionais na realização da produção pública de imóveis, mas a demanda por moradia é constante, o dilema continua e o déficit habitacional aumenta cada vez mais.

Nesse sentido, não é assegurado o atendimento necessário da demanda por moradias voltadas para a população de baixa renda pelos programas de habitação do governo. Em contra partida, investe-se na parceria público-privada através desses próprios programas habitacionais, concedendo financiamentos imobiliários destinados às classes de melhor poder aquisitivo. Sendo assim, o problema da falta de habitação tem continuado nesse país, porque não se tem de fato, viabilizado o acesso pleno desse direito, principalmente, para a população de trabalhadores de baixa renda.

Monteiro; Veras (2017, p.1) falam sobre como está o problema da habitação no Brasil e advertem também sobre o que é preciso para atender a falta de moradia para essa população dizendo que:

[...] o problema habitacional no Brasil ainda não foi totalmente solucionado, sendo indispensável para isso a provisão de moradias para as famílias de baixa renda, através de políticas públicas habitacionais bem elaboradas e eficazes [...].

É oportuno lembrar neste momento atual de política pública no Brasil o grande programa de habitação que está ainda em curso, a saber, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), bem como o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades (PMCMV-E), criados em 2009. É neste atual programa de habitação o PMCMV, que o poder público tem subsidiado recursos financeiros para as empresas de construção civil investir na produção privada de imóveis voltados para atender as

classes médias e ricas da sociedade, em detrimento, dos que necessitam de verdade de sua ajuda. Os aspectos mais detalhados desses programas estão discutidos mais na frente deste trabalho.

A temática em estudo nessa pesquisa se refere à atuação de quatro movimentos sociais de moradia que por meio de suas estratégias de pressão mobilizam famílias sem teto a lutarem pelo o direito à casa própria, o que resultou na implantação do mencionado CHNP, localizado no bairro de Maranguape II, no município de Paulista, Região Metropolitana do Recife (RMR), Pernambuco.

No âmbito dessa questão, entende-se que a cidade enquanto espaço de vida das pessoas deve oferecer condições para que todos os cidadãos, indistintamente, tenham certos direitos fundamentais assegurados. Dessa forma, a moradia é apenas um entre tantos outros direitos fundamentais que podem ser traduzidos no conjunto do que se denomina direito à cidade. É nesse contexto que se insere e explica nessa pesquisa a luta dos moradores do CHNP que através de ocupações organizadas de iniciativa popular se mobilizaram, lutaram e realizaram o sonho da casa própria e o direito à cidade.

Tomando por base as datas de início dessas ocupações, ocorridas desde 2003, assim como as etapas que se seguiram nesse processo até a implantação do CHNP, a pesquisa está inserida no contexto político e econômico correspondente ao período de governo do Partido dos Trabalhadores (PT), representado pelos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva que governou de (2003 a 2010), e Dilma Rousseff que governou de 2011 até agosto de 2016.

Sendo assim, este trabalho tratou de relacionar o caso dos movimentos de moradia analisados com o período dos referidos governos. Portanto, em conformidade com o período desses governos e o tempo em que se desenvolveram os desdobramentos dessas ocupações, fica assim definido o recorte temporal da pesquisa, ou seja, relacionando o processo de luta desses movimentos com os mandatos dos referidos presidentes.

Em relação ao recorte espacial o estudo está inserido no Município de Paulista, na RMR, compreendendo os bairros de Arthur Lundgren I e Maranguape II, locais onde ocorreram as ocupações organizadas das famílias sem teto. Sendo assim, o foco da pesquisa está direcionado para o CHNP, localizado no bairro de Maranguape II, sendo este o resultado do que foi produzido por efeito das



ocupações e a luta de seus próprios moradores junto às ações dos movimentos sociais envolvidos.

Tendo que o autor deste trabalho constitui um dos moradores do CHNP que estive nesse movimento desde seu início e vivenciei o processo de mobilização e luta para implantação desse conjunto residencial, isso provocou entusiasmo e interesse de realizar um estudo sobre essa questão que considero relevante por diversos fatores e motivos.

Para além dessa questão pessoal, outra justificativa para a realização desta pesquisa é sua relevância acadêmica e social, tendo em vista que problemática dessa natureza é muito comum não só na RMR, como em outras tantas grandes áreas urbanas brasileiras. Dessa forma, elucidar alguns elementos dessa realidade é também um meio de contribuir com a reflexão de outros contextos empíricos brasileiros, mesmo que se tenha a convicção das limitações desse estudo para tentar dar conta de compreender a fundo uma problemática tão complexa.

Além disso, a realização desta pesquisa é um cumprimento exigido para a conclusão do curso de graduação de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Pernambuco - Campus Recife, (IFPE), no qual o autor faz parte como estudante e preste a finalizá-lo. Entretanto, pretende-se também conciliar a obrigatoriedade de cumprir esta pesquisa acadêmica com o prazer de pesquisar um fenômeno social do qual se fez parte de sua realidade e vive hoje na condição de morador.

Se de um lado essa imersão do autor como parte da problemática da pesquisa representa um desafio para a devida separação sujeito-objeto, por outro, isso é também um aspecto enriquecedor, pois o autor vivenciou todo o processo de luta desde o início e atualmente compartilha das presenças e das ausências no conjunto habitacional em análise, no que se refere ao que foi conquistado e o que ainda está por ser reivindicado em termos de melhorias urbanas.

Nessa pesquisa também é oportuna a ocasião e as circunstâncias para contemplar com este trabalho todas as famílias, lideranças e atores envolvidos que estiveram à frente nesse processo e que juntos foram compartilhados momentos de luta, conflitos, angústias, resistências, confrontos, solidariedade, união, fé, e principalmente confiança nos esforços despendidos em busca de nossos objetivos. Mesmo que muitos aspectos subjetivos fujam à frieza do texto escrito, espera-se que em parte todos esses sentimentos possam de alguma maneira aflorar e possa servir

de base para essa população que ainda se encontra em processo de luta por melhorias no seu espaço de moradia.

A pesquisa também é destinada ao público acadêmico no sentido de contribuir e ampliar o entendimento dessa problemática de cunho social e econômico, como também colaborar para os estudos da Geografia, uma vez que é interessante a análise dessa questão no contexto dos problemas urbanos. Apesar de existir outros trabalhos com estudos sobre a problemática habitacional que ocorre em outras regiões do Brasil, esta pesquisa procura oferecer mais elementos para a compreensão dessa realidade e assim trazer mais informações e dados inovadores para sua elucidação, visto que, esse dilema da moradia continua atingindo grande parcela da população urbana brasileira.

Diante de tudo o que está exposto até aqui, a problemática social aqui analisada e explicitada nesta pesquisa está relacionada à luta pela moradia para a população de baixa renda, tendo por base a trajetória dos moradores do CHNP. Em vista do exposto e para o esclarecimento da pergunta central da pesquisa indaga-se: como se deram os avanços, desafios e obstáculos relacionados à luta para a implantação do CHNP, no bairro de Maranguape II, Paulista-PE, e o que isso significa para a população moradora? Esta questão serviu de norte para o desenvolvimento da pesquisa e, como tal, está articulada com o propósito geral deste trabalho.

Assim, com o intuito de dar conta dessa pergunta, tem-se como objetivo geral compreender o movimento de luta pela moradia para a implantação do CHNP, no bairro de Maranguape II, Paulista-PE, considerando os avanços, desafios, obstáculos e o significado desse processo para a população moradora. Como desdobramentos têm-se os objetivos específicos seguintes:

- Analisar o papel e a atuação dos movimentos sociais de luta pela moradia no contexto urbano atual;
- Analisar as etapas da luta por moradia relacionada com a implantação do Conjunto Habitacional Nossa Prata;
- Discutir os avanços, desafios e obstáculos, bem como os distintos significados para os moradores no que se refere à implantação do referido conjunto.

Para análise e interpretação dos fatos narrados nesse estudo, bem como a compreensão do fenômeno pesquisado, o trabalho está ancorado em algumas questões teóricas importantes. Nesse sentido, foram discutidos os conceitos de movimentos sociais, tomando-se por base a contribuição de Gohn (2011), e a reflexão acerca do problema da moradia, de acordo com Villaça (1986). Estas bases conceituais citadas, além de outras ideais teóricas consultadas e utilizadas no trabalho contribuíram e enriqueceram sem dúvida como elementos importantes para a compreensão da problemática aqui estudada.

### 1.1 O PERCURSO METODOLÓGICO PARA DESCOBERTA DO CONHECIMENTO

A metodologia da pesquisa apresenta uma classificação com diferentes critérios para se adotar em cada caso, conforme a elaboração dos objetivos e o objeto de pesquisa. Assim estão dispostos os critérios de classificação: segundo os objetivos, os procedimentos de coleta, as fontes de informação e a natureza dos dados. O trabalho faz uma abordagem qualitativa, trazendo à luz a complexa questão da luta pela moradia por meio da apreciação das falas dos moradores, bem como a análise de documentos e o aparato legal que dá suporte às políticas públicas de produção de moradia popular no Brasil.

Este trabalho seguiu um conjunto de procedimentos com o intuito de assegurar a apreensão de forma sistemática do objeto analisado. Nesse contexto, os procedimentos metodológicos são o processo pelo qual se define o caminho que levará o pesquisador a descobrir e/ou construir o conhecimento científico através de métodos, abordagens e técnicas de pesquisa que foram selecionados, portanto, pelo pesquisador de acordo com as especificidades do seu objeto de estudo. É por ele também que o pesquisador alcançará os objetivos propostos, evidencia os instrumentos e as fontes de pesquisa (GONSALVES, 2003).

Como um procedimento que é indispensável em toda pesquisa científica, foi realizada uma revisão bibliográfica em referências selecionadas de acordo com a pertinência do assunto, ou seja, relacionada com o interesse da pesquisa. Foram feitas leituras de textos científicos disponíveis sob a forma de artigos, livros, dissertações e teses; além das consultas a sites governamentais e matérias de reportagens de jornais que serviram como informações complementares para adquirir conhecimentos sobre o objeto de pesquisa e obtenção dos dados.

No que diz respeito ao critério segundo os objetivos, nesse estudo se adotou a pesquisa descritiva, visto que atendia ao que se pretendia realizar, ou seja, descrever as características do fenômeno em estudo e a classe social inserida no contexto da pesquisa. Segundo Gonsalves (2003, p. 65), «a pesquisa descritiva objetiva escrever as características de um objeto de estudo. [...] não está interessada no por quê, nas fontes do fenômeno; preocupa-se em apresentar suas características».

O modo pelo qual se obteve os dados nesse trabalho correspondeu à pesquisa de campo visto que foi no ambiente onde ocorreu o fenômeno estudado que se fez o levantamento das informações necessárias. Andrade (2010, p.113) afirma que «a pesquisa de campo baseia-se na observação dos fatos tal como ocorrem na realidade. O pesquisador efetua a coleta de dados «em campo», isto é, diretamente no local da ocorrência dos fenômenos.

O campo como o local onde se realizou a coleta de dados nessa pesquisa se apresentou como um espaço que oportunizou as reais possibilidades de estar junto do grupo social envolvido, conhecer de perto suas histórias sobre o problema da moradia e principalmente, obter as informações necessárias na investigação para conhecimento e análise do objeto de estudo. Sendo assim, Gonsalves (2003, p.67) ressalta que a pesquisa de campo é

[...] o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. A pesquisa de campo é aquela que exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre . ou ocorreu . e reunir um conjunto de informações a serem documentadas.

Já, segundo a natureza dos dados, a pesquisa adotou a abordagem qualitativa, pois o objetivo foi fazer a análise do fenômeno e dos sujeitos voltados para a compreensão, interpretação e para busca do significado que essa população em estudo considera em suas ações. Como mostra Gonsalves (2003, p. 68) «[...] a pesquisa qualitativa preocupa-se com a compreensão, com a interpretação do fenômeno, considerando o significado que os outros dão as suas práticas, [...]».

Atento a isso, foram entrevistados importantes agentes que estiveram envolvidos direto ou indiretamente nos casos dos três núcleos de ocupações organizadas que lutaram pela implantação do CHNP. Esses três núcleos de ocupações foram apoiados e coordenados pelas ações de quatro movimentos

sociais de moradia. Estiveram incluídos nesse processo de luta distintos agentes que foram incorporados nesse estudo e conseqüentemente também como sujeitos informantes na realização da entrevista para obtenção dos dados da pesquisa.

Esses agentes informantes das entrevistas foram: moradores do CHNP; os coordenadores dos movimentos sociais envolvidos; representantes de entidades do terceiro setor responsáveis pela execução da obra como: a Associação de Apoio às Famílias Sem Teto (AAST) e a Habitat para a Humanidade Brasil; funcionários da Companhia Estadual de Habitação e Obra (CEHAB) e funcionários da Prefeitura de Paulista.

A escolha dos sujeitos da pesquisa para realização das entrevistas se baseou no envolvimento e na experiência que teve cada um dos atores que fizeram parte desse processo de luta para a implantação do CHNP. Os entrevistados foram selecionados pelo fato de terem participado das mobilizações iniciais, das reuniões preparatórias e regulares, das intervenções de ocupação nos terrenos, das moradias nas ocupações, das reivindicações, dos protestos, das negociações junto ao poder público e/ou serem moradores do CHNP. Enfim, ter participado de alguma forma desse processo com conhecimento para esclarecer o que foi essa luta pela moradia. Foram entrevistados integrantes das três distintas ocupações.

Os instrumentos incluídos na pesquisa para a coleta de dados foram as observações durante todo o período de investigação, as entrevistas realizadas com os agentes citados e registros fotográficos como forma de diversificar a obtenção de dados para ampliar e integrar o conjunto de informações no sentido de melhor compreender o fenômeno pesquisado.

As entrevistas realizadas foram do tipo semiestruturadas onde, apesar de já ter sido apresentado um roteiro preestabelecido, o entrevistado teve a liberdade de falar sobre assuntos que não lhe foi questionado. Dessa maneira, o sujeito de pesquisa pôde ir além e acrescentou novos elementos como resultado desse tipo de instrumento, e assim trouxe contribuições complementares para a pesquisa.

De certa forma, nesse tipo de entrevista se estabeleceu um relacionamento mais informal entre o entrevistador e os entrevistados. Costa; Costa (2013, p. 49) dizem que sua grande vantagem é a interação entre o pesquisador e o entrevistado. Dessa forma, foi permitida aos entrevistados uma cumplicidade no trabalho de pesquisa. Assim eles se sentiram mais à vontade para irem além do que

lhes foi inquirido, o que acabou contribuindo muito mais com informações e ampliou o conhecimento do pesquisador.

Para garantir um registro seguro e completo das informações prestadas pelos entrevistados, a eles foram solicitados que suas falas fossem gravadas em áudio. Nesse sentido, os entrevistados permitiram o que lhes foi pedido, ou seja, responderam às perguntas de pesquisa consentindo as gravações de suas falas. Posteriormente, a esse processo de gravações das entrevistas foram realizadas as transcrições dos áudios para arquivamento em computador e em seguida foram utilizadas nas análises dos resultados.

Foram entrevistados nesta pesquisa os seguintes agentes: 14 moradores; 02 coordenadores gerais dos movimentos sociais de moradia envolvidos, sendo 1 coordenador geral do Movimento de Luta pelo Teto (MLT), também morador, e o outro do Movimento das Famílias Sem Teto de Paulista (MFSTP), também morador; uma liderança local do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de Pernambuco (MTSTP) e também moradora; uma assistente social do MTSTP; a secretária da AAST; a assistente social da Habitat para Humanidade Brasil; uma liderança local do MFSTP e também moradora, uma técnica social da Prefeitura Municipal de Paulista e por fim uma funcionária administrativa da Creche Nossa Prata.

A AAST e a Habitat citadas acima são entidades do terceiro setor que atuam na luta pela moradia em favor da população de baixa renda. Como se nota, buscou-se ouvir agentes de diferentes lugares de fala, seja representando os movimentos sociais, o poder público municipal e/ou moradores do CHNP.

Em termos de fontes documentais e de informações disponibilizadas sobre a problemática estudada, foram consultadas matérias de reportagens online em sites governamentais, como o site de notícia da Prefeitura Municipal de Paulista, e em jornais de grande circulação do Estado de Pernambuco como o Diário de Pernambuco, a Folha de Pernambuco e o Jornal do Commercio.

Tanto as manchetes de notícias online, como os jornais impressos trouxeram ao trabalho informações complementares e imediatas sobre a realidade cotidiana em torno dos movimentos sociais de moradia. Essas reportagens veiculadas na internet tanto informam como esclarecem para os leitores o que ocorre nas ações desses movimentos com suas atividades de protestos e ocupações no espaço urbano.

A apreciação de matérias da imprensa, o confronto com dados oficiais e os resultados das ações do Estado, seja no âmbito federal, estadual ou municipal, possibilitaram a evidenciar as responsabilidades e fragilidades das políticas públicas de habitação social na área de estudo, além de se ter uma compreensão mais ampla sobre o quadro nacional em que se coloca tal problemática. Dessa forma, contribuiu para esclarecimento como um todo sobre a questão da moradia, bem como para o levantamento de dados que foram destinados à análise e discussão dessa pesquisa.

O presente trabalho se estruturou em quatro capítulos de acordo com a proposta do estudo e dos objetivos estabelecidos. Como se nota até aqui, no primeiro capítulo está a introdução apresentando o tema, o objeto, a problemática, a pergunta de pesquisa, os principais conceitos e a metodologia do trabalho. Estão contidos ainda o objetivo geral e os específicos, sendo todos articulados entre si.

No segundo capítulo se encontra o referencial teórico onde se demonstra o conceito de movimentos sociais, seu papel e atuação na sociedade. No mesmo também se apresenta o que caracteriza o problema da habitação definido pelo autor consultado Flávio Villaça.

Ainda no referido capítulo se traz um relato histórico sobre o início da produção pública de moradia popular no Brasil, os marcos regulatórios definidos como leis e os programas instituídos na política pública a partir do século XX e XXI, sendo eles: o Estatuto da Cidade, o Ministério das Cidades, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o PMCMV.

Ainda se discute acerca dos conceitos de invasão e ocupação como forma de distinguir tais ações. Neste capítulo também se fez um relato histórico sobre o processo de mobilização e da luta pela moradia realizada pelos movimentos sociais e os moradores do CHNP, o qual foi o foco principal de estudo e análise para realização desta pesquisa.

No terceiro capítulo é onde se apresentam as análises e a discussão dos resultados levantados na pesquisa através da literatura e das entrevistas realizadas com os atores envolvidos. Nesse capítulo são apresentadas várias fotos e as devidas leituras e explicações que cada uma representa na história do CHNP.

Por último, no quarto capítulo apresentam-se as considerações finais do trabalho, onde são feitas breves reflexões de caráter conclusivo acerca da problemática investigada. Tal como está dito, esta parte do trabalho não tem o propósito de fechar qualquer linha de raciocínio sobre a realidade investigada, mas

tecer algumas considerações e ao mesmo tempo alertar o leitor para a necessidade de continuação do trabalho de pesquisa, como tentativa de aprofundar a compreensão sobre a complexa problemática da luta pela moradia no contexto da RMR ou de outras áreas urbanas brasileiras.



## 2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A MORADIA COMO DIREITO À CIDADE

Neste capítulo faz-se uma discussão teórico-conceitual sobre os movimentos sociais, particularmente aos voltados para a luta pela moradia urbana. Com isso, pretende-se contribuir com a reflexão acerca da moradia como direito e num espectro mais amplo, compreender que a questão da moradia para as classes de menor poder aquisitivo passa por um longo e árduo processo de organização e luta política com o intuito de fazer valer direitos que são apenas assegurados no texto da Constituição Federal e de outras legislações, mas que na prática está muito aquém das reais necessidades e direitos da população socioeconomicamente mais vulnerável. Assim, entende-se que a luta pela moradia constitui um dos direitos a cidade, ou seja, à vida urbana com dignidade.

### 2.1 MOVIMENTOS SOCIAIS: CONCEITO, PAPEL E ATUAÇÃO

Para que fosse conduzido o estudo dessa pesquisa e ter a compreensão do fenômeno analisado foi preciso considerar alguns conceitos e teorias já construídos e empregados anteriormente por outros autores que pesquisaram sobre esse tema. Esses conceitos e teorias serviram de referência para delinear o estudo da pesquisa. Sendo assim, foram abordados os conceitos de movimentos sociais, o problema da moradia, ocupação e invasão.

Primeiramente, deve-se esclarecer o que se entende por Movimentos Sociais, segundo as palavras da citada autora a seguir. Assim afirma Gohn, (2011, p. 335) "os encaramos como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas".

Dessa forma, compreende-se que os movimentos sociais têm como objetivo manifestar suas reivindicações e carências sociais na busca de soluções através de ações conjuntas e organizadas de cunho social, político e cultural. Pode-se também assim entender que os movimentos sociais são formas representativas de atuação de um grupo social que pleiteia por seus direitos de cidadão, visando à conquista de algo que atenda a uma determinada necessidade.

Cabe destacar que os movimentos sociais na atualidade, já não ficam mais apenas no âmbito do protesto e das manifestações. Eles vêm atuando de forma

mais organizada, planejada e participativa sob vários modos de agir para pressionar os agentes públicos no sentido de chamar a atenção de suas reivindicações. Desse modo, eles vêm conseguindo abrir canais de participação, negociação e até mesmo tomar parte deliberativa em decisões de cunho social, político e institucional. Conseguiram depois de anos de lutas e persistência participar e influenciar na formulação e implementação de leis e programas de interesse social e que hoje lhes beneficiam.

Os movimentos sociais agem e reagem na sociedade de acordo com os descasos e necessidades sociais que atingem uma classe ou certo grupo social. Esses grupos de pressão fazem enfrentamentos diretos e indireto com o poder público onde dessa forma provocam a atenção da mídia e ganham visibilidade no cenário nacional e até mundial.

São diversos e distintos, pois cada um atua em defesa de casos e objetivos específicos com a finalidade de resolver questões de ordem social, política, cultural e econômica. Eles atuam por vezes, com o apoio de trabalhadores, com grupo de famílias ou comunidades locais que se encontram prejudicadas em virtude de algum problema social ou uma questão que está por ocasião causando transtorno ou prejudicando a vida de pessoas ou serviços públicos.

Nesse sentido, Gohn (2011, p. 335) destaca que:

Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbio à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas.

Verifica-se assim que diferentes formas e estratégias de ação são adotadas pelos movimentos sociais que se alternam em níveis distintos de pressão e pela gravidade da questão a ser resolvida. Eles diversificam em suas ações de protesto e reivindicações conforme as circunstâncias que se apresentam e o grau de necessidade para chamar a atenção da sociedade, da mídia e, principalmente daqueles que podem intervir para solucionar seus problemas.

Cada uma dessas formas distintas de agir representa um instrumento de luta esperando produzir um efeito que pode ter ou não um resultado positivo, de imediato, a médio ou longo prazo, mas que contemple o objetivo desejado. Entre os diferentes tipos de movimentos sociais e bandeiras de luta se destacam com muita

intensidade e resistência os movimentos de moradia através das ocupações organizadas de iniciativa popular realizadas em áreas urbanas, públicas ou privadas.

As ocupações urbanas têm sido fortemente praticadas como um instrumento promissor e eficaz no combate a falta de moradias para população de trabalhadores e famílias de baixa renda. Nas últimas décadas do século XX e início deste, os movimentos sociais têm participado de ações inovadoras no campo da política pública.

Através de suas continuadas lutas e resistências junto ao poder público que se iniciaram nos anos de 1970, conquistaram espaços de diálogo institucional junto aos Poderes Legislativo e Executivo. O avanço desse processo de pressão, diálogos e negociações por iniciativa popular através dos movimentos sociais resultou na criação de Leis e órgãos públicos destinados ao desenvolvimento urbano e ao planejamento democrático das cidades.

Por meio de suas ações políticas a sociedade e comunidades locais passaram a participar de forma mais incisiva de debates, audiências, consultas públicas e conferências para discutir projetos, a criação de leis e programas, até mesmo compartilhar das decisões no âmbito dos governos municipal, estadual e federal.

Desse modo, tem levado a despertar os grupos sociais organizados a ter conhecimento de seus direitos na sociedade e assim construir propostas para compor suas pautas de reivindicações. Nas palavras de Gohn (2011, p. 336) "Os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuam em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social.

Os movimentos sociais promovem ações de enfrentamento no cenário da sociedade como uma de suas atividades e frentes de lutas em defesa dos direitos dos menos favorecidos e marginalizados. Dessa maneira, eles contribuem como um importante agente interventor entre o Estado e a sociedade.

Eles se caracterizam por seu modo próprio de atuar na sociedade como grupos organizados com planos, metas e objetivos definidos. Buscam conquistas e direitos que demandam de necessidades sociais e econômicas. Nesse sentido, contribuem com suas ações para uma sociedade mais justa e democrática. Para isso, se organizam, se planejam e desenvolvem frentes de luta, resistência e enfrentamento por meio de ações coletivas de pressão. São responsáveis por

conscientizar e mobilizar uma população, alertando e motivando grupos sociais a lutarem pela garantia de seus direitos e a inclusão social, no enfrentamento com opositores.

Para Gohn (2011, p. 336) os movimentos sociais apresentam algumas características essenciais:

[...] possuem identidade, têm opositor e articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e de sociedade. Historicamente, observa-se que tem contribuído para organizar e conscientizar a sociedade; apresentam conjuntos de demandas via práticas de pressão/mobilização; têm certa continuidade e permanência. Lutam contra a exclusão, por novas culturas políticas de inclusão.

Os movimentos sociais no Brasil têm se inserido na sociedade como atores autônomos, capazes de agir e influenciar decisões de ordem política e social na conquista de diversos direitos sociais desde os anos de 1970 e 1980.

Apesar de terem opositores e confrontos institucionais na defesa de suas causas, também se articulam com agentes públicos, privados e outros organismos do terceiro setor, como as Organizações Não Governamentais (ONGs). Eles adquiriram visibilidade no Brasil a partir do final da década de 1970, quando se uniram a grupo de pessoas de diferentes segmentos sociais, principalmente de base cristã, que se opunham à Ditadura Militar (GOHN, 2011).

Os movimentos sociais desde seu surgimento têm prestado contribuições de grande relevância não só para os grupos menos favorecidos e excluídos, mais também para a sociedade de um modo geral. A esse respeito afirma Gohn (2011, p. 342)

O fato inegável é que os movimentos sociais dos anos 1970/1980, no Brasil, contribuíram decisivamente, via demandas e pressões organizadas, para a conquista de vários direitos sociais, que foram inscritos em leis na nova Constituição Federal de 1988.

Os movimentos sociais têm produzido efeitos bem-sucedidos em função de suas ações juntamente com outros segmentos da sociedade como sindicatos, ONGs, a Igreja Católica e o próprio poder público, como parceiro. Como exemplo disso, vale ressaltar a forte iniciativa popular que contribuiu para que se incluísse na Constituição Federal Brasileira de 1988 a observância da função social da propriedade, tal como a função social da cidade. Eles também travaram lutas

importantes e constantes que resultou na criação da Lei nº 10.257/2001, denominada Estatuto da Cidade a qual serviu para regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição de 1988, estabelecendo normas e diretrizes para a promoção da política urbana.

No contexto de associativismo no Brasil ocorreram importantes avanços nas décadas que se seguiram e os movimentos populares foram tomando novas formas de atuação e desenvolvimento de suas atividades, bem como nos modos de se organizarem e agirem no âmbito da política pública de interesse social.

Um grande exemplo disso se verifica na criação e abrangência do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que atua não só no âmbito local e nacional, mas também se articula com outros atores e organizações mundiais, ganhando importância para além das fronteiras do país.

Nesse sentido, Gohn (2011, p. 342) ressalta que:

A partir de 1990, ocorreu o surgimento de outras formas de organização popular, mais institucionalizadas . como os Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia, pela Reforma Urbana, o Fórum Nacional de Participação Popular etc. Emergiram várias iniciativas de parceria entre a sociedade civil organizada e o poder público, impulsionadas por políticas estatais tais como a experiência do Orçamento Participativo, a política de Renda Mínima, Bolsa Escola etc. A criação de uma Central dos Movimentos Populares foi outro fato marcante nos anos 1990, no plano organizativo; estruturou vários movimentos populares em nível nacional, tal como a luta pela moradia [...].

Ainda nesse campo de atuação dos movimentos sociais, o MTST, entidade representativa de grupos vulneráveis da sociedade, além de atuar no âmbito da própria reforma urbana como uma de suas bandeiras de luta, também peleja insistentemente pelo direito à moradia para a população de baixa renda. Eles atuam através de mobilizações populares, protestos e principalmente com suas atividades de ocupações de terras e prédios abandonados em áreas urbanas.

As ocupações organizadas que ocorrem em terras públicas ou privadas correspondem a uma necessidade premente de se buscar a solução de moradia para a população de trabalhadores urbanos de baixa renda que não dispõem de recursos financeiros suficientes para construção de suas casas. Esse segmento da população vê nessa prática uma alternativa viável de acesso à moradia, quando

pressionam as autoridades públicas para que atendam suas necessidades de moradia.

A concepção do direito à moradia está fundamentada na garantia dos direitos sociais observados na Constituição Federal Brasileira de 1988, no Título II, Capítulo II e Art. 6º, que assim determina: "São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição"

Um grande feito que marcou a atuação dos movimentos populares nas últimas décadas foi sua participação para que se constituísse em 2005, depois de vários anos de luta em tramitação no Congresso Nacional, o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) através da Lei nº 11.124/2005, se concretizando como resultado de proposta legislativa de plena efetividade de ação de uma iniciativa popular (LORENZETTI; ARAÚJO, 2015, p. 229).

Esse fato marca muito bem de forma incisiva a participação dos movimentos sociais tomando parte na formulação e implementação de políticas públicas e leis de interesse coletivo. O SNHIS foi constituído com a proposta de pôr em prática políticas e programas de interesse social, bem como possibilitar o acesso à terra urbanizada e à habitação digna, em especial, para a camada de baixo poder aquisitivo da população.

Como afirma Lorenzetti; Araújo (2015, p. 229),

O SNHIS propunha-se a: viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e a habitação digna e sustentável; implementar políticas e programas de investimentos e subsídios, promovendo e viabilizando o acesso à habitação voltada à população de menor renda; e articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor de habitação, nas diferentes esferas da federação.

Em razão de suas constantes lutas e resistências os movimentos sociais têm tido oportunidades de em conjunto com outros atores representantes da sociedade civil organizada, como no exemplo dos conselhos gestores, participar e deliberar sobre medidas tomadas em órgãos e instituições públicas (LORENZETTI; ARAÚJO, 2015, p. 229).

Em relação a essas medidas que contemplam as decisões desses órgãos colegiados dentro do SNHIS e no qual estão inseridos os movimentos sociais foi

criado um fundo para reunir os recursos que se destinam a subsidiar a produção de moradias de interesse social, a saber: o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FHHIS) (LORENZETTI; ARAÚJO, 2015, p. 229).

O problema da habitação está vinculado, entre outros fatores, ao fato de existir a propriedade privada da terra assim como sua comercialização, visto que ela se tornou uma mercadoria valiosa no atual sistema capitalista. A terra é uma mercadoria bastante valorizada e tem sua destinação para as mais diversas finalidades dentro da sociedade capitalista.

De acordo com as necessidades de atendimento para o funcionamento da vida em sociedade, e porque não dizer, na vida de uma cidade, a terra tem suas distintas particularidades. Nesse contexto, está o caso de sua utilidade para moradia e abrigo de toda a sociedade mundial. Sob essa perspectiva Villaça (1986, p. 3) ressalta que % é um fato óbvio que milhões de pessoas para habitar neste planeta precisam pagar por um pedaço de chão. Esse pagamento pode ser a vista, pode ser através de um aluguel ou de serviços, mas é sempre um pagamento. Sua origem está na propriedade privada da terra.+

Refletindo por esse ponto de vista, o autor acima citado evidencia as condições que todo indivíduo e/ou famílias precisam para ter o direito de se abrigar e residir numa casa, onde de alguma forma se paga por uma fração de um terreno em que se está morando ou precisa morar. A questão é que, de uma forma ou de outra, nem todas as pessoas ou trabalhadores dispõem de reais condições econômicas próprias para levar a efeito a compra de um terreno e/ou edificar suas moradias. Tampouco, estão enquadradas nos parâmetros financeiros exigidos no mercado imobiliário privado para obter uma casa. Essas circunstâncias nos fazem compreender como surgem ou contribuem como um dos motivos que levam a existir o problema da habitação.

A esse respeito afirma Villaça (1986, p. 3) que % o problema que os homens têm que enfrentar para conseguir esse abrigo - a habitação . é o problema habitacional+ Portanto, o problema da habitação não ocorre de igual modo para todos os segmentos da sociedade. Ele não está tão presente e intenso entre aqueles que se encontram nos estratos de alto poder aquisitivo da sociedade capitalista. Atinge sim, exatamente aqueles que convivem com o mais baixo salário que este sistema oferece para a grande maioria dos trabalhadores. Isso contribui para o surgimento e permanência do problema da habitação.

A iniciativa privada não tem interesse ou não consegue dar conta na produção de moradias para todas as faixas de renda da população como um todo. O que, de certa forma, também não seria viável e compatível às condições de pagamento de um imóvel para qualquer pessoa ou trabalhador. Assim, a classe trabalhadora de baixa renda depende necessariamente da intervenção do Estado através de suas políticas e programas habitacionais para subsidiar a construção de suas moradias populares.

Desse modo, nas palavras de Villaça (1986, p.4):

[...] o sistema econômico privado, não consegue oferecer habitações a todos, quer sob a forma de mercadoria ou não. A obrigação de oferecer habitação àqueles que não têm condições econômicas de pagar por uma, passa a ser do estado. Este, contraditoriamente, ao mesmo tempo que reconhece essa obrigação como sua, dá provas concretas de que é incapaz de desincumbir-se satisfatoriamente dela.

A casa própria se comparando com os demais bens produzidos e oferecidos aos indivíduos na sociedade capitalista é um produto de elevado valor financeiro e rentável para quem a vende. Sua produção e comercialização não ocorrem de forma justa, democrática e satisfatória para todos, de acordo com o poder aquisitivo de cada cidadão e as necessidades de moradias de que precisa cada grupo social.

Para Villaça (1986, p. 6), a casa, entretanto, é uma mercadoria especial. Normalmente o capitalismo não tem possibilidade de oferecer a todos os membros da sociedade as mercadorias que ele tem condições de produzir e que os consumidores teriam condições de consumir.

A casa como um bem social indispensável se destaca por sua necessária produção e comercialização, pois todos precisam de uma casa para se abrigar. Em relação a seu valor como mercadoria, o imóvel proporciona grandes lucros para quem o constrói e vende, ou mesmo aluga. São vantagens sem as quais ele não seria tão interessante como negócio para os que dele se apropria como mercadoria. Entretanto, como afirma acima o autor, nem todas as mercadorias produzidas pelo sistema capitalista, tornam-se acessíveis a todas as pessoas ou classes sociais.

Fica entendido que, nem todas as pessoas na sociedade capitalista, mesmo participando como trabalhadores na produção dos bens sociais têm condições financeiras de possuí-los como consumidores e/ou com seus próprios salários. É o caso da produção e comercialização da casa como mercadoria, ter condições de



construir ou comprar para possuí-la com seu próprio salário não é privilégio para todos. Nesses casos, espera-se pela vontade política dos governantes, sabe quando, para se conseguir uma moradia, o que não é confortável para uma pessoa que trabalha e paga seus impostos, mesmo assim, não consegue obter sua casa própria na hora que precisa, seja pelo baixo salário que convive na sociedade ou pela falta de produção de moradias por parte do poder público.

De outro modo, toma-se a iniciativa de ocupar um terreno ou prédios abandonados para provocar o poder público e despertá-lo para construir moradias, porque se esperar por sua própria vontade e providências, essas não acontecem na hora das necessidades de todos.

## 2.2 A PRODUÇÃO PÚBLICA DE MORADIA POPULAR NO BRASIL

A partir da década de 30, no início do século XX, o governo brasileiro começa efetivamente a intervir na questão habitacional, entendendo que seria necessária sua atuação como mediador para controlar os negócios no setor imobiliário privado e promover a produção de moradia popular.

De acordo com Bonduki (1994), o Estado brasileiro começa de fato a intervir no processo de produção e no mercado de aluguel de moradia a partir do período em que governava o então presidente Getúlio Vargas (1930-1945), quando inicia sua atuação na construção, comercialização, financiamento e locação habitacional. É dessa forma que o Estado toma uma atitude de não mais deixar a questão da habitação apenas nas mãos e decisão do mercado privado.

Essa nova postura do governo em relação à questão da moradia o levou a tomar medidas como o decreto-lei do inquilinato de 1942, onde se congelavam os preços dos aluguéis e regulamentava as relações entre os proprietários de imóveis e seus inquilinos. Foi assim que o estado começou a amparar a questão da moradia, construindo habitações populares como também concedendo financiamento para produção imobiliária privada.

Entre essas medidas tomadas nesse mesmo período, paralelamente também se estabeleceu o Decreto-Lei nº 58, através do qual se regulamentava a venda de lotes urbanos a prestações (BONDUKI, 1994). O Estado também iniciou uma produção em grande quantidade de conjuntos habitacionais, o que representou outra importante iniciativa no que diz respeito à questão da habitação social.

Essas construções de conjuntos residenciais realizados por responsabilidade do Estado para os trabalhadores mostraram que para solucionar o problema na questão da moradia, este não se resolveria apenas com o investimento particular imobiliário, seria então indispensável à interferência do próprio governo (BONDUKI, 1994).

O problema da carência de moradia que surge entre tantos outros na vida dos habitantes urbanos é fato evidente que prejudica mais intensamente a população de baixa renda em virtude de suas condições financeiras. Essa camada da população não tem como custear suas próprias moradias e desse modo precisa necessariamente da intervenção do poder público como agente provedor. De outro modo, também não conseguem por via de acesso ao mercado imobiliário privado, isto é, considerando as condições econômicas em particular de cada trabalhador de menor renda (LORENZETTI; ARAÚJO, 2015).

Apesar do crescimento e desenvolvimento das cidades brasileiras estarem incluído no contexto da falta de moradia, vale ressaltar que não apenas esse fator se apresenta como único para explicar o problema da moradia no Brasil. Na verdade, é que para as famílias de menor poder aquisitivo as políticas públicas de habitação social não têm sido eficazes o suficiente para dar conta de uma produção de moradias que atenda as demandas necessárias de habitação popular.

Por outro lado, o mercado imobiliário particular, geralmente se destina a atender a clientela mais abastada da população, presumindo que o retorno financeiro do investimento na produção de moradias para esse grupo, gerará rentabilidades e lucros. Para a população de baixa renda, como a própria expressão clarifica sua condição financeira, há a dependência exclusiva do apoio do poder público para que esta obtenha suas moradias.

A falta de moradias no Brasil que hoje se apresenta bem notória e abrangente em todo o país, em especial para o segmento da classe trabalhadora, vem se estendendo desde épocas passadas. Trata-se de um problema bastante antigo que também já demonstrou a preocupação de governos passados, pois se fazia necessária a tomada de medidas para resolver também questões entre o local de trabalho e o local de moradia dos trabalhadores. Conforme Lorenzetti; Araújo (2015, p. 217),

A preocupação governamental com a necessidade de suprir a demanda por moradias já transparecia no final do XIX, quando da assinatura de decretos concedendo a empresas incentivos relativos à construção de casas para operários e classes pobres. É o começo das vilas operárias, edificadas próximas às unidades fabris, pelos próprios industriais, com objetivo de fixar melhor a mão de obra, naquele tempo ainda escassa.

A medida tomada pelo poder público, via decreto, concedendo e incentivando as empresas para que se construíssem casas não demonstrava, de fato, a preocupação para suprir as necessidades habitacionais da classe operária. Mas para resolver uma questão do interesse da classe empresarial que necessitava destes trabalhadores próximos de suas indústrias. Evidencia-se assim o modo como o governo já tratava naquela época a questão da falta de moradia.

Desse modo, o poder público pelo interesse próprio ou dos empresários, menosprezava as necessidades sociais urgentes de solucionar o problema da moradia. Pois, não se buscava combater efetivamente as carências sociais de moradia da população de baixa renda. Na verdade, a grande parcela da população urbana inserida na esfera da baixa renda que reside e trabalha, em especial, nas cidades de metrópoles brasileiras sempre tiveram e continuam tendo dificuldades financeiras de construir suas moradias. São dificuldades que se originam em virtude dos baixos salários que recebe e até mesmo pelo fato de não ter emprego em alguns momentos de suas vidas.

Conforme dizem Lorenzetti; Araújo (2015, p. 218), [p.a.] com dificuldades para o acesso à terra urbanizada e à habitação, essa população busca suas próprias soluções de moradia: ocupações irregulares em áreas públicas ou privadas [...]. É exatamente a precária condição social e econômica que leva a grande massa trabalhadora a optar pelo caminho da informalidade para ter o direito de morar nas áreas urbanas. Tal situação, também tem levado parte da população urbana a residir em cortiços, favelas e/ou morar em barracos de assentamentos precários construídos por conta própria, como uma alternativa viável e condição para morar na cidade. É razoável dizer que essa iniciativa popular não resolve os problemas de moradia dessas famílias, mas pelo menos, conseguem abrigo para morar na cidade e os livra de pagar o sacrificado aluguel.

Em consonância com as palavras dos autores acima citados, se insere o caso das ocupações organizadas que ocorrem com frequência em todo território

brasileiro. Pois, elas se apresentam como uma opção viável para que a grande massa de trabalhadores urbanos com seus próprios esforços enfrente o poder público e proprietários de terras para lutar e adquirirem suas moradias.

Essa problemática da falta de moradia que já preocupava o governo desde o final do século XIX o levou a tomadas de outras medidas no início século seguinte, porém através de outras formas de intervir nessa questão. Daí em diante, começou a se pensar de fato, na moradia popular através de políticas públicas de habitação.

Nas primeiras décadas do século XX foram criadas no Brasil as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs), bem como os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), onde dessa forma se iniciaria no país uma política voltada para a construção da casa própria por intermédio de suas carteiras imobiliárias. Esses organismos que surgiram e se desenvolveram com a proposta de construir conjuntos habitacionais para suprir, por ocasião, a falta de moradia vigente, não obtiveram os resultados que se esperava. No que diz respeito à quantidade de unidades que se precisava construir e satisfazer as necessidades nesse setor, esse número não foi atendido completamente.

O que se verificou nessa política habitacional foi uma mudança não significativa. Não houve avanço e sim um declínio de suas atividades em virtude de importantes problemas financeiros decorrentes de processos inflacionários que comprometiam as prestações e dificultava o retorno que alimentava o sistema, pois não havia atualização monetária para compensar os financiamentos e assim prejudicava o funcionamento dessas entidades.

Já em 1946, o governo faz a primeira tentativa de elaborar um modelo nacional na política de habitação, com o objetivo de combater a carência de moradias instituindo a Fundação Casa Popular (FCP). Determinou-se que nela ficavam subordinadas as operações imobiliárias e o financiamento das carteiras prediais das CAPs e dos IAPs para assim ordenar as diversas ações desenvolvidas nessa área. Considerando que as Caixas e os Institutos eram exclusivos para os seus associados, o surgimento da FCP se configurou como uma instituição que ofereceria atendimento apenas para sua clientela.

O objetivo da mencionada Fundação era proporcionar a brasileiros e estrangeiros o acesso à aquisição da casa própria ou a sua construção, quer na zona urbana ou rural, tal como financiar os estabelecimentos industriais que construíssem habitações para os respectivos trabalhadores (LORENZETTI;

ARAÚJO, 2015). Comparando com os casos das Caixas e dos Institutos, a FCP também não correspondeu ao que se esperava demonstrando frágeis atuações em função de seus escassos recursos. Não combinou assim, com seus pretensiosos objetivos para o atendimento das necessidades vigentes.

Por sua vez, em 1964, inicia-se no Brasil a Ditadura Militar e com ela se estabelece uma nova proposta de política habitacional dando grande ênfase a questão da moradia com o propósito de facilitar o acesso à casa própria. Atuou construindo habitações populares, retirando as favelas e simultaneamente começou a incentivar a atividade da construção civil, objetivando o favorecimento da estabilidade social no país. Nesse momento, se cria a Lei nº 4.380 de 21 de agosto de 1964 que se destinava a instituir a correção monetária para os contratos imobiliários de interesse social e o sistema financeiro para aquisição da casa própria. O principal fato que se destacou nesse período no âmbito da política habitacional foi a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH) em 1964, que se configurou como um grande marco no campo dessa política e desse governo.

O BNH se tornou uma instituição grandiosa ao contar com os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), criado em 1966, e posteriormente também do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) juntamente com as cadernetas de poupança se formando dessa maneira o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), incorporando assim uma considerável fonte de recursos e se tornando um importante protagonista de atuação na construção civil (LORENZETTI; ARAÚJO, 2015).

De acordo com as autoras, o SFH tratava a habitação como uma mercadoria destinada a ser produzida e comercializada levando em consideração o modelo capitalista, ou seja, produzir se pensando que seus futuros compradores seriam capazes de dar conta dos custos da produção. Assim afirmam Lorenzetti; Araújo (2015, p. 223):

[...] o SFH apresenta, como princípio básico, a autossustentação financeira, materializada pela instituição do mecanismo da correção monetária, que atualizava periodicamente as prestações e a dívida, como forma de garantir o valor real da prestação, o retorno dos recursos captados e a lucratividade. No entanto, a incompatibilidade entre o custo dos financiamentos, com o reajuste periódico das prestações e dos saldos devedores, e a baixa capacidade de pagamento das famílias de menor renda, posteriormente agravada pela recessão econômica, criou um dilema nunca resolvido.

Embora o objetivo principal do SFH fosse combater o déficit habitacional para a população mais pobre, os despropósitos surgiram para inviabilizá-lo e não resolver ou ao menos amenizar tal problema. Os recursos investidos para habitação não se destinavam apenas para o segmento mais carente da sociedade, mais também parte deles era para financiar a população de alto poder econômico.

Tal fato evidencia que o desvirtuamento do propósito desses recursos levaria a efeito um desajuste do que era proposto. Assim, ficou claro, que não se alcançavam os objetivos pela falta dos recursos, mais em razão de não os priorizar para a população que mais necessitava deles nessa questão da moradia. (LORENZETTI; ARAÚJO, 2015, p.224).

As ações implementadas na questão habitacional que por hora vigoravam nesse período da política pública brasileira, deixaram claro que não houve uma produção compensatória para o atendimento de moradias destinadas à população de baixa renda. Não houve avanços consideráveis na gestão e no cumprimento do que se planejou e esperava do BNH juntamente com o SFH. Os problemas da falta de habitação continuaram no país o que presumia uma mudança, a extinção ou substituição dessas instituições, já que esse sistema não correspondeu para suprir as necessidades nem se via uma solução futura.

Nas palavras de Lorenzetti; Araújo (2015, p.228),

O panorama da atuação formal do Governo Federal na política habitacional mostra que, a despeito da sucessão de planos e programas implementados ao longo de décadas, a população de mais baixa renda, que representava parcela significativa do déficit, nunca conseguiu ter suas necessidades habitacionais convenientemente supridas. Parte do fracasso pode ser creditada ao fato de o modelo de ação do Governo Federal ter sido calcado, insistentemente, em recursos onerosos, que não coadunam com o limitado poder aquisitivo da clientela dos financiamentos. Ademais, sem a definição clara de uma política de subsídios para a habitação popular, incorreu-se no erro da concessão indiscriminada de benesses, comprometendo ainda mais o sistema.

O BNH foi extinto em 1986, simultaneamente a mudança do regime ditatorial para a abertura democrática no Brasil, fato que trouxe novas promessas e avanços consideráveis para a área social como um todo em virtude da nova Constituição Federal de 1988.

### 2.3 OS MARCOS LEGAIS NA POLÍTICA PÚBLICA HABITACIONAL

No ano de 2001, ainda no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi instituído o Estatuto da Cidade com a edição da Lei nº 10.257. Essa Lei representou um grande passo que iria servir de referência para traçar o caminho em busca de democratizar a política e a gestão urbana para o benefício coletivo através da formulação de normas e diretrizes.

O mesmo Estatuto também regulamentou a aplicação dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal, assim como estabeleceu algumas diretrizes específicas para a política urbana. Dessa forma, ele reservou direitos institucionais, sociais e universais no âmbito dessa política, facultando ao governo estadual e municipal, os segmentos sociais e a comunidade local o direito de participar nos processos de formulação de políticas para a gestão da cidade e o bem coletivo.

Assim estabelece a Lei nº 10.257, em seu parágrafo único do art. 1º:

Para todos os efeitos, esta lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o solo da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. (BRASIL, 2001).

Essa Lei foi instituída no sentido também de democratizar o uso da propriedade como um bem comum entre os cidadãos, no que diz respeito ao uso do solo para o interesse social. O Estatuto da Cidade está voltado para viabilizar não somente a ação dos governos na gestão democrática para política da cidade, mas também a participação das associações e os movimentos sociais populares na formulação de projetos de interesse social.

Observa a Lei nº 10.257, em seu Capítulo I, Art. 2º, inciso II.

II . gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (BRASIL, 2001).

O Estatuto da Cidade estimulou espaços de debates, audiências e consultas públicas para a discussão de projetos e propostas. Ele contempla dessa forma, todos que estão envolvidos e comprometidos no interesse da luta pela reforma

urbana, e legítima a participação destes nas decisões e gestão democrática da cidade.

No âmbito desta política está inserida neste Estatuto a questão do acesso à moradia na cidade como um direito fundamental observado na Constituição de 1988. A criação do Estatuto da Cidade abriu o caminho e criou as condições para que surgisse mais adiante um novo ministério no Brasil mais humanizado e articulado com diversos segmentos da sociedade.

Surgiu assim o Ministério das Cidades a partir do dia 1º de janeiro de 2003, no início de governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores. Ele foi sancionado por uma lei que o instituiu a partir da Medida Provisória nº 103/2003, convertida em Lei nº 10.683 de 28 de maio de 2003.

Esse novo Ministério surge com o objetivo de desenvolver uma política urbana voltada para a melhoria nas condições de vida na cidade e para o benefício de toda a população que nela vive. Criam-se marcos regulatórios e institucionais que há muito estava ausente na política do governo federal, no que diz respeito à política urbana. Segundo Maricato (2006, p. 214), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

A proposta do Ministério das Cidades veio ocupar um vazio institucional que retirava completamente o governo federal da discussão sobre a política urbana e o destino das cidades. A última proposta de política urbana implementada pelo governo federal se deu no regime militar (1964-1985).

O Ministério das Cidades tem papel fundamental e determinante na política urbana, sendo considerado como o resultado de antigas reivindicações de movimentos sociais que lutam por uma reforma urbana mais justa e democrática. Ele foi originado a partir de outro projeto . o Projeto Moradia - com a participação de segmentos sociais e especialistas juntamente com o apoio do líder petista Luiz Inácio Lula da Silva.

[...] foi no Projeto Moradia, divulgado em 2000, que o Ministério das Cidades foi formulado mais claramente. O Projeto Moradia foi elaborado por 12 pessoas, entre especialistas e lideranças sociais, convidadas por Luiz Inácio Lula da Silva, por meio de uma ONG . Instituto Cidadania . por ele presidida. Após ouvir interlocutores de vários setores da sociedade, a equipe convidada formulou uma proposta . cuja redação final foi de Aloysio Biondi . da qual fazia



parte a criação do Ministério das Cidades (MARICATO, 2006, p. 215).

O referido Ministério iniciou sua criação articulado aos movimentos sociais urbanos a partir dos anos 70 e se fortaleceu nas demais décadas que se seguiram em torno do processo de democratização do Brasil, bem como pela reforma urbana.

Nele estão formuladas propostas para implementarem ações nos setores de habitação, saneamento ambiental e transporte urbano. Dentro desse Ministério houve o intuito de construir uma nova cultura que ocupasse a falta de propostas e que possibilitasse acordos articulados a conceitos, programas e linhas de ações.

Promoveu a abertura de espaço público participativo e democrático, a formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU). Convocou a primeira Conferência Nacional das Cidades em 2003 e a segunda em 2005. (MARICATO, 2006, p. 215).

Foi nessas conferências que surgiu também o Conselho das Cidades onde se aprovou inúmeras propostas de interesse coletivo como:

[...] políticas nacionais de habitação, saneamento ambiental, trânsito, mobilidade e transporte urbano. Aprovou ainda a Campanha Nacional pelos Planos Diretores Participativos e o Programa Nacional de Regularização Fundiária, entre outros assuntos (MARICATO, 2006, p. 215).

No diz respeito ao financiamento para a moradia, o Ministério propôs também um novo Sistema Nacional de Habitação (SNH) contando com a integração entre o poder público, o mercado privado e a sociedade civil organizada para superar o problema do déficit habitacional no país. Nesse mesmo sistema habitacional posto em prática propunha-se sua divisão em dois subsistemas que seria: subsistema de Mercado e subsistema de Habitação de Interesse Social (HIS), os quais devem contemplar respectivamente as classes médias e a população de menor poder aquisitivo. Dentro do subsistema de HIS surgem outros planos e propostas que foram aprovados em leis:

O subsistema de Habitação de Interesse Social inclui a criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), aprovado pela Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005, que dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e cria o FNHIS (MARICATO, 2006, p.215).

Essas novas leis propostas e aprovadas serviram para dar amparo e subsidiar com o dinheiro público os novos projetos de moradia para ambas as classes, tal como dar uma resposta significativa ao problema do déficit habitacional.

Em 2007, foi criado o PAC, no segundo mandato do presidente Lula, como política de desenvolvimento de seu governo, tendo grande importância para o setor da habitação, a partir de seu surgimento. Ele foi lançado para dar aporte financeiro em obras de urbanização, regularização e integração dos assentamentos precários, por meio de acordos entre o poder público e o agente privado, bem como apoiar e viabilizar a produção de moradia de interesse social junto aos estados e municípios.

Em janeiro de 2007, o governo federal lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com o objetivo de promover o crescimento econômico, através de uma série de obras e investimentos em infraestrutura, em áreas como saneamento, Habitação, transporte, energia e recursos hídricos, entre outros (PAZ, 2016, p. 02).

Através desse programa de governo surgiu outro a partir dele, o PMCMV voltado especificamente, para a área da política de habitação, tendo como um de seus objetivos promover a produção habitacional para minimizar o problema da falta de moradias no Brasil.

Em 2009, dentro do PAC . Habitação, o governo federal lança o Programa Minha Casa, Minha Vida, com desafio de viabilizar o acesso a um milhão de moradias para famílias com renda de até 10 salários mínimos, propondo reduzir **o déficit habitacional** (PAZ, 2016, p. 02).

Esse programa teve relevante papel na política econômica no período desse governo, também sendo considerado por muitos autores estudiosos sobre o tema, como um dos maiores programas de habitação instituído no Brasil.

Como já foi citado no começo deste trabalho, também foi criado paralelamente ao PMCMV, o PMCMV-E (Entidade). Este último derivado do principal foi fruto da intervenção dos movimentos sociais frente ao poder público, tendo ele como objetivo facilitar o acesso à moradia para as famílias de baixa renda, que se organizam em associações e/ou outras formas afins, como os próprios movimentos sociais de moradia (PAZ, 2016).

Cabe ressaltar aqui, a importância que tem as ações dos movimentos sociais para constituir direitos e garantir a justiça social para a população pobre. Pois, como

foi afirmado acima pela autora, foram as entidades do terceiro setor que viabilizaram a criação do PMCMV-E para beneficiar a classe de baixa renda, dentro do PMCMV.

O PMCMV-E é pioneiro quando se trata de um programa habitacional que destina recursos para construção de moradias voltadas para a população de baixa renda, através de movimentos sociais e que permite o acompanhamento das famílias, como revelado nas palavras de Paz (2016, p. 10), dizendo que:

O programa MCMVE é o primeiro programa dessa relevância, destinado a esta demanda dos movimentos sociais, que garante recurso estabelecido para a construção de unidade habitacional (UH) e onde as famílias participantes podem fazer a gestão direta de recursos, em todas as etapas do projeto que visam: pré-obra, durante obra e pós-obra.

Sobre o que foi exposto a respeito dessa especificidade do programa MCMV-E, assim vem acontecendo no processo de implantação do CHNP. Pois, desde as primeiras negociações do projeto das moradias com o poder público, como também no andamento das etapas de sua construção, os representantes dos movimentos sociais envolvidos, até o presente momento estão empenhados e acompanhando esse processo, ou seja, participando diretamente e presencialmente o antes, o durante e o depois.

O empreendimento Nossa Prata foi finalizado com sete etapas de construção, com alguns equipamentos e serviços públicos instalados. Porém, tanto os representantes dos movimentos, tal como algumas lideranças comunitárias e também seus próprios moradores continuam atuando nessa luta no sentido de resolver questões pendentes e necessárias para se viver com dignidade nessa comunidade. Como exemplo de atuação de seus envolvidos em questões pendentes, no momento ainda está se resolvendo a documentação de posse dos imóveis, e também reivindicando para inserir na comunidade outros equipamentos e serviços públicos.

Um aspecto peculiar ao PMCMV é que ele tem como princípio atender a uma clientela que faz parte da parcela da população que tem renda até dez salários mínimos. Entretanto, ele está subdividido em três faixas de renda com intervalos de 0 até 3 salários mínimos, de 3 até 6 salários mínimos e de 6 até 10 salários mínimos. É nessa subdivisão que se estabelece parâmetros e padrões de financiamentos,

tipologias dos imóveis e áreas diferenciadas onde se pretende construir os empreendimentos para as distintas categorias dentro do programa.

Comparando o PMCMV com o PMCMV-E (Entidade), é que este está voltado para viabilizar o acesso à moradia e a participação das famílias de baixa renda que estejam organizadas em associações ou via movimentos sociais, enquanto no primeiro existem as modalidades como: a faixa 1 empresas, faixa 1 municípios, Rural e FGTS (PAZ, 2016).

Como já foi mencionado, o PMCMV teve como uma de suas propostas reduzir o déficit habitacional no Brasil. O estudo do cálculo para demonstrar a falta de moradia no Brasil é feito pela Fundação João Pinheiro (FJP). Os estudos oficiais mais recentes dessa Fundação, que datam de 2015 revelam que o déficit habitacional no Brasil já é de 6.355.743 moradias e na RMR, o referido Órgão aponta que o déficit de moradias é de 133.322 unidades habitacionais. É na RMR o local que está inserido o Município de Paulista, onde por sua vez foi feito o estudo desta pesquisa com a luta dos movimentos sociais de moradia.

Estes são números expressivos que demonstram como o Brasil bem como a RMR estão carentes de moradias e por isso se verifica a notória necessidade de medidas eficientes por parte dos governos para que se amenize esse problema social. A realidade atual da falta de moradias, tanto nacional como em vários estados, regiões metropolitanas e municípios brasileiros ainda se mostra como um quadro bastante desafiador para a solução dessa problemática.

## 2.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS TERMOS INVASÃO E OCUPAÇÃO

Os movimentos sociais de moradia são discriminados por algumas pessoas quando adotam suas práticas de ocupação nas quais se apropriam de terras públicas ou privadas para assentar famílias sem teto com objetivo único e exclusivo de conquistar o sonho da casa própria para essas famílias. Ocorre que, quando praticam essas ações estão buscando um direito legítimo garantido pela Constituição Federal que é o direito à moradia e, quando tomam essa iniciativa são acusados de invasores de terras alheias. Daí surge os controversos termos de como se deve considerar essas práticas e lhe atribuir o nome. Invasão ou Ocupação?

O termo Invasão dá sentido pejorativo e difama injustamente famílias que estão sem moradias e em busca de seus direitos garantidos pela Constituição. Os

movimentos sociais responsáveis ocupam áreas que, conforme observa a própria Lei, estão ociosos e principalmente sem a devida função social. O ato de invadir pressupõe fazer atos irresponsáveis e sem objetivos plausíveis, o que não condiz com a realidade dos que estão na luta por um teto para morar.

Diante do exposto acima, é oportuno considerar nesse estudo os conceitos e/ou opiniões de certos autores e publicações no que diz respeito a esses termos. Consideremos então para esse estudo o termo ocupação como sendo [a.] a ação organizada e previamente planejada de construção de moradias, em terrenos privados e/ou públicos, com a finalidade de obtenção de moradia por pessoas com dificuldade de acesso a um lugar para morar+(MIRANDA, 2016, p. 01).

Como se verifica, o conceito de ocupação acima citado se enquadra muito bem como referência para o caso do CHNP, objeto de estudo dessa pesquisa. A implantação do CHNP foi justamente a concretização de uma ação conjunta, organizada e planejada de seus moradores, apoiados por movimentos de moradia. Uma ocupação que se origina com planejamento, objetivos e amparada por uma Lei que regulamenta e garante a ocupação do solo para o benefício comum, assim como defende a função social da propriedade não pode ser confundida como uma invasão.

Os movimentos sociais são partes responsáveis pela criação dessas leis regulatórias e como tais estão sabedores do que construiram e conscientes do que querem como direito quando ocupam e protestam por moradia. Eles ocupam áreas abandonadas e ociosas com o propósito de cobrar do poder público a construção de moradias, às vezes no mesmo local em que se realizam as ocupações, desde que o terreno seja viável para tal finalidade. Quando ocupam uma área que não é considerada propícia e adequada para edificação de moradias, o fazem pela necessidade urgente de se abrigar debaixo de um teto, que, na maioria das vezes, são barracos construídos de materiais diversos e inadequados o que compromete a qualidade de vida de qualquer cidadão.

Também ocupam essas áreas apenas como uma forma alternativa de protestarem e como instrumento de luta para pressionar as autoridades competentes a incluí-los em programas habitacionais. Portanto, assim se diferencia do ato de invadir, o que pressupõe ser contrário as normas e cometer a perturbação da ordem pública institucional e social, o que não combina com as reais necessidades dessas famílias que só querem apenas o direito de ter uma moradia e residir na cidade.

A ação de ocupar terrenos urbanos é um dos grandes desafios constante e cotidiano na mira dos movimentos sociais de moradia para alcançar seus objetivos. De certa forma, essa estratégia como alternativa utilizada pelos movimentos sociais já virou um fato comum para eles no combate à falta de moradia, o que tem dado resultados positivos em muitas dessas iniciativas. Já para os dirigentes públicos responsáveis e provedores das necessidades habitacionais da população, essas ações de certa forma têm sido consideradas como uma iniciativa plausível para viabilizar a produção de moradias populares, como ocorreu no caso do CHNP.

### **3 CONJUNTO HABITACIONAL NOSSA PRATA: DAS PRIMEIRAS LUTAS À IMPLANTAÇÃO**

Este capítulo faz uma análise do contexto empírico da pesquisa e, num primeiro momento, destaca quem são os agentes que participaram do processo de luta pela moradia por meio da implantação do conjunto habitacional, bem como apresenta um breve panorama temporal com o propósito de mostrar a evolução da transformação do solo da área no conjunto habitacional. Em seguida, é feita uma análise mais amidiada das ações e estratégias desses atores, trazendo suas falas para ilustrar as demandas, necessidades e contradições envolvidas em toda essa luta. Trata-se, como se nota, da análise dos resultados e as respectivas discussões, tendo-se o cuidado, sempre que pertinente, de fazer a articulação com as questões teóricas que envolvem a pesquisa.

#### **3.1 OS ATORES ENVOLVIDOS E UM BREVE PANORAMA TEMPORAL ATÉ A IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL**

A história da luta para a implantação do CHNP está diretamente ligada à luta pelo direito de acesso à moradia digna na cidade promovida por movimentos sociais em apoio às famílias e trabalhadores sem teto e, tal como tem sido dito aqui, é, acima de tudo, a luta pelo direito à cidade.

Foi assim que surgiu o CHNP como resultado das ações dos movimentos sociais: Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de Pernambuco (MTSTP), Movimento de Luta pelo Teto (MLT), Movimento de Luta dos Trabalhadores por Moradia (MLTM) e o Movimento das Famílias Sem Teto de Paulista (MFSTP), entidades ativistas que atuam na defesa dos direitos civis e no combate à falta de moradia para a população de baixa renda.

No bairro de Artur Lundgren I, iniciou-se a ocupação de nome Ocupação 15 de novembro sob o apoio e coordenação do MTSTP, no ano de 2003, no terreno de propriedade da Compesa, as margens da PE-15. No bairro de Maranguape II iniciou-se primeiramente a ocupação de nome Ocupação 27 de dezembro, no ano de 2004, sob o apoio e coordenação do MLTM; e ainda neste mesmo bairro de Maranguape II iniciou-se outra ocupação de nome Ocupação Nossa Prata, no dia 27 de setembro de 2005, numa área de propriedade particular próxima do centro da cidade deste

município, às margens da PE-22, sob o apoio e coordenação do MLT. Posteriormente, a ocupação Nossa Prata ficou sob a coordenação do MFSTP, cabendo ressaltar que o MLTM e o MFSTP são movimentos dissidentes do MLT que foram criados naturalmente durante o andamento desse processo.

O movimento dessas famílias também contou com o trabalho de apoio de duas Organizações Não Governamentais sem fins lucrativos, a Habitat para Humanidade Brasil e a AAST já referenciadas, que juntas estiveram também colaborando nesse processo tomando parte como responsáveis pela gestão e execução do projeto de edificação do habitacional.

As famílias ocupantes e os movimentos sociais à frente desse processo enfrentaram diversas dificuldades e obstáculos nessa luta, até conseguir de fato implementar o projeto de moradia. Para isso tiveram que se valer de suas práticas e estratégias de pressão como os atos de protestos, passeatas e outras ações para alcançar instâncias de diálogos, negociações e acordos com os agentes públicos responsáveis pelos encaminhamentos da política pública e da implementação dos programas habitacionais destinados à habitação de interesse social na localidade.

A implantação do CHNP não teve como principais responsáveis pela sua origem os agentes públicos citados que estiveram nesse processo. Cabendo ressaltar, portanto que a atuação desses agentes não se deu por iniciativa própria ou vontade de querer beneficiar os moradores do CHNP, e sim foi o resultado de reivindicações, muita pressão e protestos por parte dos movimentos sociais e das famílias envolvidas nessa luta. É oportuno lembrar que, o surgimento das ocupações organizadas que lutaram por esse habitacional se deu bem antes da criação do PAC e do PMCMV, apesar de que no momento já estavam em vigor o citado Estatuto da Cidade bem como também o Ministério das Cidades.

Foi dado início às obras primeiramente, por iniciativa da Prefeitura de Paulista juntando recursos financeiros em conjunto com o Governo Federal através do PAC e do PMCMV Entidades. No começo foi edificada na localidade uma creche e a primeira etapa de imóveis construídos sob a responsabilidade da Prefeitura de Paulista. As demais etapas do empreendimento foram construídas sob a responsabilidade das entidades sem fins lucrativos, a Habitat para a Humanidade Brasil e a AAST.

Cada uma dessas entidades se responsabilizou por três etapas de construção do habitacional. Entretanto, como já mencionado, primeiramente foi a Prefeitura de



Paulista que iniciou a obra, construindo 310 unidades habitacionais e mais a construção da Creche Nossa Prata. A AAST realizou a construção de 570 unidades habitacionais, a Habitat para Humanidade Brasil realizou a construção de 558 unidades habitacionais.

A execução desse empreendimento formado por um conjunto total de sete etapas e 1.438 moradias levou a um investimento financeiro de aproximadamente dez milhões de reais aos cofres públicos. Para dar início no andamento de construção dos imóveis as entidades responsáveis à frente da execução lançaram abertura de cadastro para dar emprego aos próprios moradores ocupantes no sentido de gerar trabalho e renda para essa população e terem a oportunidade de trabalhar na edificação de suas próprias moradias.

É importante destacar que essa alternativa de dar emprego e renda aos moradores das ocupações estava em conformidade também com as propostas do próprio PMCMV. Através desse programa o governo propunha impulsionar a indústria da construção civil, criar empregos e ao mesmo tempo tentar reduzir o déficit habitacional no país (JORNAL DO SENADO).

Sobre essas questões propostas e inerentes ao PMCMV conclui-se que a oportunidade de empregos surgiu para muitos trabalhadores nesse ramo da construção civil, como foi no caso dos moradores do CHNP. Em contrapartida, o déficit habitacional continua crescendo no Brasil, e a indústria da construção civil é quem saiu ganhando nesse contexto econômico com a parceria e ajuda do Governo Federal.

Depois da atuação da prefeitura na obra, em seguida foi a vez do PAC (Foto 1) e do PMCMV (Foto 2) assumirem na continuidade de execução das próximas etapas do empreendimento. Deve-se destacar que esses programas como criações do governo vigente tinham justamente como um dos seus objetivos subsidiarem financeiramente a execução dos assentamentos precários. O CHNP na ocasião foi incluído como um desses assentamentos e como tal foi contemplado por esses programas para ser beneficiado. A placa de divulgação que se mostra na imagem confirma a ação desses programas beneficiando os moradores do CHNP através dos subsídios reservados para esse segmento da população.

Foto 1 - Placa de divulgação da política pública do Governo Federal, na área de implantação do conjunto habitacional, Programa - PAC.



Fonte: Acervo fotográfico MFSTP (s/d.)

A placa a exibe os nomes que representam o órgão financeiro do governo a Caixa Econômica Federal (CEF), o Ministério encarregado pelo setor da habitação (Ministério das Cidades), e a Prefeitura Municipal de Paulista representando o poder público local. Exibe também o valor do investimento da obra, o nome do programa de governo, o PAC e a ação a ser desenvolvida na localidade, ou seja, a urbanização da Comunidade Nossa Prata.

O CHNP, num outro momento de construção foi executado pelo programa PMCMV Entidades. Esses dois programas vale salientar não foram criados apenas para o seguimento da população de baixa renda e sim também para financiar as obras de construção civil através do mercado imobiliário privado.

Essa situação de parceria entre o governo e a iniciativa privada já ocorreu em outros momentos da política de habitação de governos passados, como foi no caso da FCP que financiava a construções de moradias para os trabalhadores através dos estabelecimentos industriais, fato esse já constatado e explicitado nesse trabalho.

É através desse tipo de acordos entre essas partes que se verifica o interesse privado destinar a produção de moradias mais voltada para os seguimentos mais abastados da sociedade. Pois é desses consumidores *“mais especiais”* que o mercado privado se inclina para obter grandes lucros em detrimento dos trabalhadores de menor poder aquisitivo, que para adquirir uma moradia tem que passar por uma trajetória de luta sacrificada e difícil em movimentos sociais de moradia, como ocorreu no caso do CHNP.

Entretanto, constata-se que nas parcerias entre o público e o privado existe a complacência por parte do governo para conceder benefícios fiscais e até a isenção de alguns impostos para a iniciativa privada, que dessa maneira cada vez mais se interessa em atender as classes ricas da sociedade e prescindir a faixa de baixa renda da população brasileira.

Foto 2 - Placa de divulgação da política pública do Governo Federal, na área de implantação do conjunto habitacional, - PMCMV



Foto: O autor (2017).

Como no caso da placa anterior, esta também mostra e divulga oportunamente o nome do programa habitacional em curso nesse governo, ou seja,

o PMCMV, que a partir desse momento, passa a executar sua política de habitação para os moradores do CHNP.

Este programa foi de fundamental importância para que se efetivasse o projeto de construção do CHNP. Na verdade foi outra modalidade do PMCMV como já abordado anteriormente, o PMCMV-E que executou a obra, sendo esta modalidade destinada para atender a faixa de baixa renda através de parceria com os movimentos sociais e entidades não governamentais como a AAST e a Habitat para Humanidade Brasil, que estiveram colaborando nesse processo na gestão dos recursos destinados pelo Governo Federal para aplicar no empreendimento CHNP.

Em 2009, o governo federal já havia criado os dois principais programas para amparar a questão da moradia no Brasil, estes acima citados. Foram justamente essas medidas que criaram as expectativas e possibilidades para que o CHNP fosse incluído e beneficiado em tais programas.

Por meio das iniciativas dos movimentos e das famílias de ocupar o terreno e partir para lutar pelas moradias através dos enfrentamentos e negociações com o poder público local, o CHNP começou a dar os primeiros passos (Figura 1) para chegar ao que ele é hoje. Seu começo foi pela construção de uma creche, como já mencionada, realizada pela prefeitura de Paulista que verificou as necessidades de amparar primeiro as crianças que habitavam na Ocupação Nossa Prata. Nesse sentido, se observa que foi pela construção dessa creche que o poder público local implantou o primeiro equipamento público a serviço dessa comunidade.

Figura 1 - Área em 2009, ainda antes da construção do Conjunto habitacional



Fonte: Google Earth (2018).

Em 2009, já se percebe a área ocupada pelas famílias integrantes do movimento com os barracos construídos de lona, plástico e materiais diversos, constituindo pequenos pontos brancos na parte norte da figura, local onde viria a ser construído o conjunto habitacional posteriormente. Também nota-se a construção da creche que foi uma das primeiras providências tomadas pelos responsáveis na execução da obra.

É preciso salientar que alguns ocupantes tiveram que deixar seus barracos para que se pudesse começar a execução da obra. Neste momento nem todos tiveram onde se abrigar fora da ocupação por falta de condições de pagar um aluguel, e/ou por não ter nenhum lugar como casa de parente para ficar. Dessa forma alguns integrantes tiveram que continuar em seus barracos de plásticos permanecendo em situações vulneráveis e insalubres dentro da ocupação como o único jeito de ter um abrigo e esperar a entrega da casa.

Essa situação evidencia muito bem as reais necessidades que tem esses ocupantes de se submeter a participar de movimentos de moradia e morar nessas ocupações debaixo de lonas e plásticos em situações verdadeiramente precárias para poder ter acesso do direito à moradia e à cidade, direitos esses observados na



Constituição Federal de 1988, conquistados pelos próprios movimentos sociais, assunto abordado no segundo capítulo dessa pesquisa.

No ano de 2013, o país continuava presidido pelo governo do PT, porém governado pela presidente Dilma Rousseff, que seguiu a mesma política habitacional do governo anterior e por isso manteve os programas governamentais de habitação na mesma linha como o PAC e o PMCMV. Assim foi dada a continuidade de construção no empreendimento Nossa Prata (figura 2).

Figura 2- Área do conjunto habitacional em fase de construção - 2013



Fonte: Google Earth (2018).

Tal como exibido na figura 2, nesse ano de 2013, nota-se uma grande evolução na construção do habitacional, mas ainda não havia entregado nenhum imóvel para os futuros moradores. No centro da imagem ainda se verifica alguns barracos ocupando a área. Era os ocupantes que não tinha nenhuma alternativa para se abrigar em outro local e tampouco pagar um aluguel. Nesses casos caberia ao poder público tomar a iniciativa de pagar um aluguel social a todos os ocupantes que estivessem nessa situação até que recebessem definitivamente suas moradias.

Sobre o aluguel social mencionado, salienta-se que este foi concedido pelo poder público local, a Prefeitura de Paulista, para alguns assentados da Ocupação 27 de dezembro. Porém, o tal aluguel só foi disponibilizado pelo fato dessa

ocupação ter sofrido um incêndio o que trouxe ainda mais para esses ocupantes, dificuldades para se manter na vida e impossibilidade de continuar na ocupação.

No mês de abril de 2014, fez-se a entrega da primeira etapa das unidades habitacionais do CHNP aos seus devidos moradores, com toda a área do conjunto ainda em construção (Figura 3). Vale frisar que essa entrega foi feita principalmente para os moradores mais necessitados da ocupação, tal como para as pessoas com necessidades especiais como, por exemplo, as pessoas com deficiências, os idosos e outros casos semelhantes.

Um fato inusitado aconteceu nessa primeira etapa de construção antes da entrega dos imóveis aos seus reais moradores. Poucos dias antes de se fazer a entrega desses imóveis aos seus futuros donos, as casas foram ocupadas por outras famílias também sem teto, alegando que se sentiram rejeitadas durante o processo de escolha entre os ocupantes que estavam à espera de receber as casas.

Esses imóveis construídos pela prefeitura, ao todo 310, que foram ocupados por outras famílias estavam para ser entregues aos membros das três ocupações envolvidas nesse processo, a 15 de novembro, a 27 de dezembro e a Nossa Prata, depois de um acordo entre as partes, ou seja, a própria prefeitura e as lideranças dos movimentos sociais. Para resolver esse imprevisto, a Prefeitura de Paulista solicitou na justiça uma reintegração de posse, o que ocasionou a retirada dos ocupantes e entregou as casas aos seus verdadeiros donos.

Figura 3 - Vista aérea da área do conjunto habitacional, final da obra da primeira etapa, 2014



Fonte: Google Earth (2018).

No percurso teórico dessa pesquisa foi constatado que nos dias atuais a política urbana no Brasil através de uma lei federal nomeada de Estatuto da Cidade é o instrumento que define e regulamenta a função social da propriedade e da cidade. Esse é o principal fator circunstancial de uma área urbana para que ela seja alvo da ação dos movimentos sociais para fins de ocupação e posterior luta pelo direito de moradia. Algumas particularidades devem ser observadas para que esse instrumento tenha validade e dê aos interessados a legitimidade e o direito de disputar a posse de uma área em tal situação.

De acordo com o Estatuto, uma área ociosa e/ou subutilizada principalmente na área urbana deve ser aproveitada para um destino útil na sociedade. Essas observações ilustram e evidenciam muito bem a situação de ociosidade em que se encontrava a área onde hoje é o CHNP. Pois a área anteriormente à ocupação não estava em conformidade com a lei do Estatuto e tampouco servindo à sociedade.

Hoje depois de um longo processo está aí o resultado de uma luta que trouxe a solução de moradia, pelo menos para as famílias moradoras do CHNP, e ao mesmo tempo colaborou para o cumprimento da lei que, em função do que ela prevê se deu um destino proveitoso à sociedade.



Está aí o CHNP (Foto 3), símbolo da luta e resistência de uma coletividade organizada e arrojada. Porém, em que pesem as carências de infraestrutura e serviços urbanos básicos ainda hoje são muito evidentes naquela localidade.

Foto 3 - Vista parcial do conjunto habitacional, com outras etapas finalizadas



Fonte: <http://www.paulista40graus.com/moradores-de-maranguape-ii-recebem-apartamentos-sem-condicoes-de-moradia/>.

A foto 3 mostra um breve panorama do CHNP onde se verificam duas etapas de construção (em cores distintas) e a carência de infraestrutura de calçamento. Vale frisar que esse habitacional não tem a mesma arquitetura em todas as etapas construídas, ou seja, as casas não são iguais em sua forma arquitetônica e de conforto. Apesar de esse conjunto habitacional ter resolvido a demanda de moradia de muitas famílias que estavam sem teto, ele não contemplou o direito à moradia de forma satisfatória e justa para todos, pois as casas da primeira etapa construídas pela prefeitura (foto 4), não foram totalmente terminadas e até hoje continuam sem reboco, ou seja, sem revestimento na alvenaria, como também sem acabamento no piso. A pior parte no que diz respeito à falta de consideração para os moradores dessa primeira etapa foi ter entregues as ruas sem pavimentação, problema que estão tentando resolver.

Foto 4 - Vista da entrega da primeira etapa de construção do conjunto habitacional, abril de 2014



Fonte: <https://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2014/04/16/em-paulista-habitacional-em-construcao-e-ocupado-por-familias-sem-tetos/>. Acesso em: 2011/12/2018

Como já foi explicada esta situação, a foto 4 mostra claramente todas as casas sem acabamentos nas paredes e a ruas também sem pavimentação, e como foi dito continuam algumas ruas nessa situação, mas lembrando que foi começado o serviço de pavimentação dessas ruas. Quanto ao revestimento das paredes ainda não há uma posição definida até o momento, fato que demonstra o nível de precariedade urbana que prevalece nessa área e o quão ainda se precisa lutar para se conquistar o direito a uma moradia decente, dentre outras formas do direito à cidade, como equipamentos de saúde, educação, lazer, dentre outros.

Em 20/12/2014 foi entregue a segunda etapa do CHNP em um evento solene realizado pela Prefeitura do Paulista, onde no qual estiveram presentes os representantes do poder público local, dos movimentos sociais, das entidades do terceiro setor a AAST e a Habitat para Humanidade Brasil, o advogado do MFSTP e alguns moradores recebendo as chaves de seus imóveis.

A foto 5 mostra esta solenidade de entrega dos imóveis da segunda etapa, a qual foi realizada pela entidade Habitat para Humanidade Brasil que executou o PMCMV-E nessa etapa e mais outras duas.

Foto 5 - Evento solene do ato de entrega da segunda etapa de construção do conjunto habitacional envolvendo lideranças dos movimentos sociais, dezembro de 2014



Fonte: <http://paulista.pe.gov.br/site/noticias/detalhes/743>

Nesse momento solene está se concretizando os sonhos de mais famílias com outra etapa de construção desse habitacional. Dessa forma, está se efetivando também o cumprimento do direito de moradia observado na Constituição Federal de 1988, como também o cumprimento da função social da propriedade e da cidade, conceitos destacados e tratados na explanação desse trabalho.

A fonte consultada mostra as seguintes informações específicas a respeito do habitacional e dos imóveis construídos:

A área em que o imóvel foi construído tem 14 hectares. As casas são do modelo duplex e têm quatro unidades por habitação. Os apartamentos medem cerca de 50m<sup>2</sup> e são compostos por uma sala, dois quartos, uma cozinha, um banheiro, uma sala de estar e uma área de serviço (PREFEITURA DE PAULISTA, 2014).

Os imóveis construídos a partir da segunda etapa em diante foram feitos de forma bem diferentes se comparando com a primeira etapa como mostra a foto 6 onde se verifica que estão terminados e com acabamentos também prontos.



Foto 6 - Vista dos imóveis da segunda etapa do conjunto habitacional



Fonte: <https://www.paulista.pe.gov.br/site/noticias/detalhes/3336>

Apesar de terem entregues as últimas seis etapas desse habitacional com as casas terminadas, uma lacuna foi deixada em sua construção ao não se fazer os muros das casas, o que tem trazido transtorno para seus moradores pelo fato de não terem condições de construí-los, e quando tem, nem sempre há consenso na forma e modelo de divisão desses muros entre os vizinhos.

Entre os vários órgãos públicos que contribui na construção desse habitacional, a Companhia de Habitação e Obras de Pernambuco (Cehab), foi mais um desses que colaborou com a construção de duas vias de acesso projetadas e executadas por ela, que custou R\$ 604.422,14 e entregue em janeiro de 2015.

Figura 4 - Vista aérea do conjunto habitacional, mostra das duas vias principais de acesso



Fonte: Google Earth (2018)

Essas duas vias são os principais acessos para adentrar no habitacional. São elas: à esquerda da figura, na posição vertical, a Ruas Benedito Diniz, acesso à av. Henrique dias de Souza, pavimentação e drenagem, extensão 155m, construtora JCL; à direita, na parte superior e na posição diagonal, a Rua Sam Marino, acesso à PE 22, pavimentação e drenagem, extensão 365m, construtora JCL.

No início do ano de 2018, foi efetuada a última entrega das unidades habitacionais do CHNP aos seus moradores, porém, até o presente momento ainda está se fazendo benfeitorias na localidade como pavimentação de ruas e construção de equipamentos públicos.

Neste ano de 2018, estava se realizando o sonho da casa própria para todas as famílias do CHNP que participaram dessa luta, e assim mais uma vez os movimentos sociais de moradia contribuíram para materializar o desejo dessas famílias que lutaram em busca do próprio teto. Entretanto, o mais relevante nesse processo foi o resultado da força de uma coletividade organizada que empreendeu esta luta até as últimas consequências, tendo que enfrentar tamanhas dificuldades e desafios para obter os avanços pretendidos.

Nesse contexto, é preciso ressaltar a importância dos movimentos sociais e suas estratégias de lutas como um instrumento legítimo que desafia e supera situações contraditórias, e assim conquista direitos na defesa de pessoas oprimidas

na sociedade. Os efeitos das ações dos movimentos sociais ante os descasos e a negação dos direitos sociais se fizeram presentes com a implantação do CHNP, resultado construído pelas famílias organizadas que não desistiram da luta e do enfrentamento para conquista de seus direitos.

### 3.2 PELO DIREITO DE MORAR: LUTA, CONQUISTAS E RECORRENTES DESAFIOS

Esta etapa do trabalho será de evidenciar, analisar e discutir as respostas das entrevistas realizadas com os moradores e as lideranças do movimento de moradia. Os roteiros das entrevistas estão presentes nos apêndices do trabalho para consulta e ciência da comunidade acadêmica e dos leitores.

Para que se chegasse à implantação do CHNP, os movimentos se utilizaram de várias estratégias de luta como forma de pressionar o poder público no sentido de abrir canais e espaços de negociação para cobrar a construção das moradias. De acordo com as respostas dos moradores inquiridos sobre essa questão, eles informaram quais foram essas estratégias utilizadas. Os relatos descritos pelos moradores entrevistados do CHNP sobre essa questão convergem com o que foi descrito nas palavras de Gohn (2011), quando destaca que os movimentos adotam diferentes estratégias de pressão direta e indireta.

O exemplo concreto dessas pressões citadas pela autora foram as próprias mobilizações efetuadas pelos movimentos envolvidos nesse processo realizando as ocupações e posteriormente os protestos, os diálogos e as negociações com os órgãos públicos para forçá-los a levar a efeito a construção das moradias pretendidas pelos ocupantes.

Nas falas dos entrevistados constatamos essas ações realizadas pelos movimentos envolvidos nesse processo. Uma moradora entrevistada destacou que as estratégias foram as reuniões, passeatas+ [...] então a gente só conseguiu por causa disso, porque reuniu o pessoal e a gente foi lá, fez passeata [...]+

Outro morador entrevistado também falou o que foi feito a esse respeito reuniões, protestos, em frente à prefeitura, palácio do governo, a gente fomos até lá fazer uma pressãozinha, e viram que a nossa causa era justa e nos atenderam e estamos aí+

A foto 7 a seguir mostra uma dessas reuniões entre os moradores, as lideranças locais e o movimento social de moradia, por ocasião o MLT.

Foto 7 . Reunião na Ocupação Nossa Prata entre os coordenadores do movimento MLT e os acampados



Fonte: Acervo fotográfico do MFSTP, s/d.

Na foto 7, verificam-se os aspectos que caracterizam muito bem o que é e também um pouco de como funciona uma ocupação de luta pela moradia. Nota-se a precariedade da vida das pessoas, por exemplo, com as casas de taipa, de lona, de plásticos e materiais diversos, enfim, a cidade de plástico ocupada pelas famílias sem teto. São condições precárias e insalubres de moradia vividas por esses moradores que se submetem a tal situação para conseguir ter o acesso do direito à casa própria e à cidade, como determina a Constituição de 1988 e ratifica o Estatuto da Cidade.

A faixa fixada na parede da casa de frente identifica o nome da Ocupação Nossa Prata, sendo esta onde posteriormente se implantou o CHNP. Nota-se ainda à esquerda da foto uma haste cravada com a bandeira do movimento representando e simbolizando a luta pelo direito à moradia e sua presença no local à frente desse processo. A importância dessa bandeira na localidade é de divulgar o nome do movimento e principalmente informar que no local existe uma luta organizada das famílias sem teto e coordenada por um movimento de moradia.



O coordenador do MLT, um dos entrevistados na pesquisa falou dessa importância de se colocar a bandeira e qual a função dela dentro de uma ocupação dizendo “[...] a gente botou a bandeira porque umas das estratégias nossa é ocupar coloca a bandeira para que a sociedade entenda que ali não foi uma ocupação desorganizada, ali tem um Movimento, com jurídico [...]”

Como se explicitou nesta pesquisa, os movimentos sociais se utilizam de diversas estratégias como uma de suas ações para fundar e manter funcionando um movimento numa luta com seus integrantes e conseqüentemente buscar resultados.

Na foto 8 a seguir, verifica-se um entre tantos outros protestos que foram realizados pelo movimento para chamar à atenção do poder público local - a Prefeitura Municipal de Paulista - principal agente que o movimento precisava dialogar e negociar a questão da construção das moradias.

Foto 8 . Ato de protesto do movimento, em frente à Prefeitura de Paulista



Fonte: Acervo fotográfico do MFSTP, s/d.

A moradora e ativista do MTST entrevistada também falou sobre o que ocorreu para chamar a atenção dos dirigentes públicos e conseguir se chegar à mesa de negociação para tratar da construção do CHNP:



Bem, a primeira atitude do movimento foi a gente ter ocupado os terrenos [...] e então depois daquilo ali, a gente fizemos outras caminhadas, fizemos um protesto, mas quando o poder público, ele se interessa por uma causa justa, ele convida a gente para sentar e conversar [...] a gente faz isso e é até criticado por causa disso, por tomar essa atitude, porque você as vezes não entende qual o significado daquele protesto, então tudo isso a gente participa, junto com os movimentos e a comunidade porque se não tiver povo, não pode se fazer um ato, se não tiver povo não pode fazer uma ocupação, primeiro, trabalha todo um coletivo para que se aconteça e chegar até o fato que a gente hoje está

O relato evidencia as ações desses moradores e de como se mobilizaram e atuaram nos confrontos diretos e indiretos com o poder público para conseguir abrir o canal de diálogo, os espaços de negociação e acordos para implementar o projeto de moradia. A moradora entrevistada iniciou sua fala dizendo que uma das primeiras atitudes realizadas como estratégias do movimento foi ter ocupado o terreno.

Entende-se com isso que os protestos acontecem nas fases posteriores às ocupações e é quando o movimento percebe que as autoridades governamentais não estão dando a devida importância para a ocupação e nem toma a iniciativa de chamar os representantes das famílias para o diálogo. É a partir daí que os protestos e as manifestações dos movimentos de moradia se fazem necessários e se torna um instrumento potencialmente eficaz para despertar nos dirigentes públicos o interesse de dialogar com o movimento.

Ao observar esta foto notadamente se verifica uma ação organizada do movimento se expressando com cartazes e por ocasião desse destacado na foto alguns participantes também estão uniformizados pela cor de suas roupas. Um outro aspecto desse ato é que ele está acontecendo intencionalmente bem em frente à sede da Prefeitura de Paulista. Nesse momento estão a reivindicar a falta de moradias, mostrando dessa forma seus descontentamentos e requerendo ao mesmo tempo a oportunidade de dialogar com o poder público local para tratar o assunto em questão, a construção de moradias populares para essas famílias.

Através dessas ações coletivas de pressão os movimentos mostram como são capazes de forma organizada exercer influência sobre as decisões das políticas públicas e conquistar direitos fundamentais como o da moradia, principal reivindicação desses moradores. Vale ressaltar que através do movimento e de sua resistência os moradores tiveram a oportunidade de participar diretamente das mesas de negociação junto ao poder público para tratar da formulação do projeto e

das medidas tomadas para a edificação de suas próprias moradias, o que identifica dessa maneira uma obra autogestionária.

A partir dessas oportunidades de se reunir com o poder público e tratar dessa questão de ordem política e social os integrantes desses movimentos se apropriaram de conhecimento político e se capacitaram para cobrar outros direitos. Isso vem acontecendo no cotidiano dessa comunidade, uma vez que seus moradores aprenderam a reivindicar outros direitos e a falta de alguns serviços e equipamentos públicos essenciais para uma qualidade de vida melhor na moradia.

Sobre essa questão foi afirmado que “[...] os movimentos sociais em sua maioria lutam por melhorias sociais (de bens, equipamentos e serviços) ou por conquistas de direitos [...]” (LEÃO, et. al., 2016, p. 02).

Observa-se nesta citação uma relação de coerência entre o que foi afirmado pelos autores consultados e o que vem acontecendo no cotidiano do CHNP pela atuação de seus moradores. Providências têm se tomado nessa comunidade através de reivindicações feitas coletivamente por suas lideranças e moradores para cobrar reparação de alguns serviços públicos, como também o atendimento de qualidade no funcionamento destes e, principalmente, para implantações de outros que estão em falta na localidade. Por meio dessas ações a comunidade Nossa Prata tem conseguido resultados positivos na resolução de alguns incidentes de falta de energia e de água na localidade.

Depois das edições das leis regulatórias criadas pelo governo federal em relação à política de desenvolvimento urbano no Brasil, foi facultado aos Estados e municípios através de seus Planos Diretores - outro instrumento institucional para garantir uma cidade mais justa para seus habitantes - formular e implementar políticas de habitação no âmbito local, em conformidade com essas leis e articulados com o Estatuto da Cidade, o Ministério das Cidades e a Caixa Econômica Federal (CEF).

A Prefeitura de Paulista também construiu seu Plano Diretor através de audiência pública, realizando o último em 2012. O Plano Diretor é uma Lei Municipal, que funciona como instrumento de gestão para o desenvolvimento municipal. Por meio dele, o município pode se articular com o Governo Federal e seus programas de habitação para adquirir novas moradias para o município.

A foto 8 mostra uma das reuniões entre os moradores, as lideranças dos movimentos e os representantes do poder público. São nessas reuniões que o governo local coloca em prática suas políticas de habitação e ouve as propostas dos movimentos sociais para se chegar a um acordo e efetivar os projetos locais de moradia, como aconteceu nesse caso analisado do CHNP.

Foto 9 . Reunião de negociação entre as partes: lideranças e integrantes dos movimentos e o agente público



Fonte: Acervo fotográfico do MFSTP, s/d.

Na foto 8 acima, é possível observar a presença dos vários autores envolvidos nesse processo que estiveram à frente nas reuniões representando as famílias e tratando de resolver as questões pendentes. O objetivo dessas reuniões era buscar a solução para efetivar o projeto de construções das moradias para as famílias que estavam nesse processo à espera de suas casas. Foi através dessas reuniões entre as partes envolvidas que os movimentos sociais discutiram as pautas das principais reivindicações e avançaram nas negociações e acordos que viabilizou a construção do CHNP.

Esses movimentos de moradia além da atividade principal de coordenar as ocupações também orientam e capacitam seus integrantes sobre seus direitos de cidadania. Observou-se durante o andamento desse processo a aprendizagem e o

crescimento do conhecimento político de alguns integrantes que se tornaram líderes por meio dos discursos realizados em reuniões semanais com os coordenadores gerais e com os antigos líderes.

Esses movimentos de moradia que tiveram participação em todo o processo de luta foram avaliados em suas ações pelos moradores entrevistados. Uma moradora entrevistada revelou dizendo %a.] eles representam a gente [...] era o porta-voz, fazendo pressão para a gente conseguir as casas [...]+

Por outro morador e ativista do MTST, se obteve como resposta o seguinte:

[...] o movimento ele está ali, porque eles que organizam, os cabeças ajudam organizar a ir à rua, a chamar a imprensa [...] mas se não fosse o movimento e fosse uma pessoa assim, sozinha, era muito difícil ganhar uma casa, porque o governo não ia olhar para aquela única pessoa [...].

As falas desses entrevistados revelam a importância dada por eles à atuação desses movimentos de moradia pelo que eles fizeram a realizaram para essas famílias, pois são claras as afirmações positivas a respeito de suas ações. O que se pode afirmar dos movimentos sociais nesse processo é que realmente eles foram os organizadores das famílias, os dirigentes que tomaram para si as responsabilidades sobre tudo o que acontecia e tinha que se resolver, ou seja, foram eles os movimentos sociais, os protagonistas principais desse grande feito social.

Dentro das ocupações, por exemplo, tinha os problemas internos para resolver no que diz respeito às necessidades cotidianas das famílias como a questão da água, da energia elétrica e promover as reuniões. Na parte mais burocrática era fazer os cadastramentos das famílias e tratar das documentações que se precisou para ser incorporado nos programas do governo o PAC e o PMCMV. Fora das ocupações os movimentos faziam a parte mais política que era tomar a direção do movimento para ir dialogar com as autoridades públicas e negociar os interesses da coletividade.

É nesse aspecto que se vê a maior importância dos movimentos sociais pela capacidade e autonomia que têm de ser o principal mediador entre o poder público e a sociedade civil organizada. São eles que ficam responsáveis para elaborar a agenda do movimento e a partir dela intervir em nome das famílias para levar as propostas e requerer das autoridades à abertura das negociações e dos acordos.

Esses movimentos, como foram falados nas entrevistas, representam essa população de famílias que estão em situação de vulnerabilidade social e veem na atuação desses movimentos a confiança de que precisam para se juntar a eles e lutarem por seus direitos.

Para Leão et. al. (2016, p. 01), os movimentos sociais [p.a.] trazem para junto da sociedade uma nova noção de cidadania e participação popular, e é através de sua atuação que se questiona as ações das instituições públicas e privadas.+(LEÃO et al., 2016, p. 01).

A escolha de um terreno para realizar as ocupações é feita pelos movimentos de moradia através de critérios por eles determinados. Assim foi feito pelo movimento das famílias do CHNP. Primeiramente, se realizou várias reuniões preparatórias para discutir com as famílias onde seria a intervenção. Em seguida foram a procura da área para detectar o melhor lugar, a melhor opção de modo que depois não sofresse uma reintegração de posse. A escolha foi decidida depois de estudar e examinar cuidadosamente a área onde hoje se encontra o CHNP. (Coordenador do movimento MLT).

A procura foi minuciosa e nesse sentido se tomou informações gerais e específicas sobre a área desejada. O MLT tomou informações com a vizinhança local, em cartórios, na Prefeitura de Paulista e ficou sabendo que o terreno era de propriedade particular, mas que estava com dívida e abandonado. As circunstâncias em que se encontrava o terreno motivaram as famílias tomar a iniciativa de ocupá-lo para posteriormente lutar pela sua posse e levar a efeito a ideia do projeto de construção das moradias.

Sobre essa questão, respondeu a moradora e ativista do MTST %Quando foi feita a ocupação aqui nesse terreno, foi porque era um terreno ocioso [...] ele devia muito na prefeitura, e a gente primeiro, a gente procura saber como é que está a situação da legalização do terreno [...]+. Reitera o morador e ativista do MTST dizendo: %Ronda o terreno, aí vai na prefeitura, vai na união, procura saber porque aquele terreno está parado, de quem é [...]+.

Reportando-se ao que foi observado sobre os direitos sociais garantidos na Constituição Brasileira de 1988, em seu Art. 6º do Capítulo II, que fala do direito à moradia, ela também traz em seu Título II, do capítulo I observâncias quanto aos direitos e deveres individuais e coletivos expressos no art. 5º e incisos XXII e XXIII.

Assim está exposto: XXII - é garantido o direito de propriedade; e, XXIII - a propriedade atenderá a sua função social.

Esses direitos observados no texto constitucional garantem aos movimentos sociais a condição real de lutar pela posse da terra, como também de utilizá-la para fins de moradia. Se bem que, para isso, também é preciso que se tenha a certeza de que tal propriedade não está atendendo a sua função social como determina a Lei constitucional brasileira.

É preciso também pontuar o que foi considerado nessa pesquisa sobre o que seja a intervenção de um movimento social quando toma posse de uma área abandonada e sem a devida função social. Sobre esse ponto de vista se reitera que o termo ocupação é o que se enquadra como referência para a compreensão do que foi trabalhado nessa pesquisa.

Diante do exposto, se considera neste trabalho que o movimento não realizou uma invasão, e sim, uma ocupação como destacou Miranda (2016), em seu trabalho citado nesse estudo, por se tratar de um movimento organizado e planejado, através dos coordenadores dos movimentos sociais, das lideranças comunitárias e das próprias famílias que se encontravam sem moradias na ocasião.

A área onde hoje se encontra o CHNP foi muito bem examinada e estudada pelo movimento para que se tomasse a decisão de assentar as famílias e lutar pelo direito de construir as moradias. Ocorre que, o movimento social envolvido nesse processo de mobilização pela moradia seguiu procedimentos responsáveis em conjunto com as famílias antes de fazer a intervenção e se instalar na propriedade.

Foi um movimento organizado das famílias sem teto do município de Paulista, juntamente com os movimentos sociais que tinham objetivos de lutar pelo direito à moradia nessa localidade onde hoje estão morando. Esse projeto de moradia foi planejado e principalmente discutido em reuniões com as famílias, em assembleias regulares onde se decidiam coletivamente as ações do movimento.

Essas famílias de fato estavam lutando em busca de soluções para seus problemas de moradia, ou seja, a falta de uma casa para morar. Os movimentos sociais envolvidos surgiram como instrumentos de luta para se conseguir as casas para essa população através da pressão, do diálogo e da negociação com o poder público.

Para a conquista dessas moradias, várias reivindicações foram levadas ao poder público local pelas famílias e seus respectivos movimentos, além das

estratégias já citadas. Entre as reivindicações requeridas pelos moradores a moradia se colocava como a principal delas. Entretanto, outros direitos foram cobrados como parte desse projeto para compor juntamente com a moradia as condições de uma vida digna na comunidade, ou seja, a inclusão da infraestrutura com as redes dos serviços e equipamentos públicos.

Foram incluídos para compor o projeto de moradia do habitacional os seguintes equipamentos e serviços: transporte coletivo, posto de saúde, escola, creche, serviço de limpeza urbana, segurança pública, iluminação pública, saneamento básico e ruas pavimentadas. Alguns desses serviços já estão instalados atendendo a comunidade, outros estão em sua fase de implantação e os demais serviços requeridos estão na espera pela providência dos órgãos responsáveis por sua execução.

Uma moradora entrevistada falou sobre a cobrança desses serviços para a comunidade esclarecendo que o primordial era moradia, mais também reivindicavam por outros serviços como saúde, educação, área de lazer, transporte, creche, pavimentação, iluminação, água+.

A comunidade ainda está em fase de construção de equipamentos públicos para sua população, a exemplo do posto de saúde e a pavimentação de ruas que não foram implantados completamente junto com a construção das moradias. Também continua a espera pela construção de uma escola pública, do transporte coletivo e outros serviços necessários para o atendimento desses moradores.

Quanto ao lazer, a comunidade não tem opções concretas nesse aspecto e apenas existe uma área por enquanto desocupada como sobra do terreno na localidade, mas que se comenta que pode ser mais adiante uma praça e também uma escola.

Na questão do transporte público coletivo ainda hoje não se tem nenhuma opção para os seus moradores se locomoverem de suas casas para o trabalho e outras necessidades, até mesmo nem sequer tem a opção das kombis que é um transporte muito utilizado no município de Paulista. O principal problema que inviabiliza a entrada dos transportes coletivos citados é justamente a falta de pavimentação de algumas ruas que ainda estão à espera das autoridades para realizar o serviço.

A iluminação pública atualmente tem melhorado na eficácia da qualidade do atendimento disponibilizado na comunidade, uma vez que no início da moradia

ocorria com bastante frequência a falta de energia devido a falhas no sistema elétrico.

Sobre a água potável, a comunidade é atendida através de um grande reservatório comunitário que no início da moradia disponibilizava um grande volume de água. Logo depois os moradores tiveram que comprar bombas caseiras por conta própria para poder encher as caixas de água individuais devido ao volume de água ter perdido força para subir até a parte alta dos apartamentos, onde ficam instaladas as caixas de água acessórias dos imóveis.

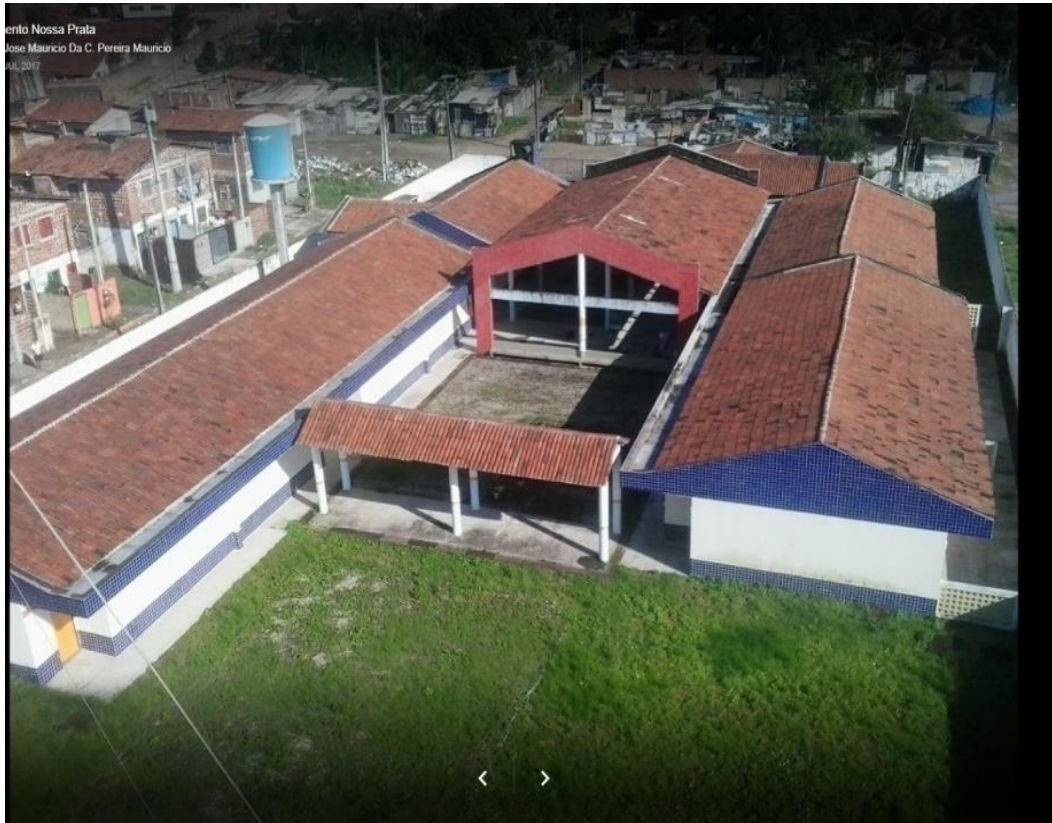
A seguir, são apresentados os equipamentos públicos instalados que já estão servindo a população, bem como os que estão em fase de construção. A creche instalada na localidade está entre um desses equipamentos públicos comunitários (Foto 9). Trata-se de umas das primeiras providências que o poder público local tomou em relação aos equipamentos públicos instalados na comunidade.

A construção dessa unidade escolar é fruto de uma parceria entre a Administração Municipal e o Ministério da Educação. Ela foi inaugurada em 01/07/2016, tem capacidade para atender 200 crianças de 0 a 3 anos de idade, e conta com berçário, área de convivência e lazer. Esse equipamento escolar comunitário tem atendido as demandas tanto de crianças da própria comunidade local, como também da redondeza pertencente ao mesmo bairro de Maranguape II.

Teve o nome Nossa Prata para valorizar a comunidade e o projeto das casas conquistadas pelos movimentos sociais, através da Prefeitura de Paulista em parceria com o Governo Federal, PMCMV Entidades e a Companhia de Habitação e Obras de Pernambuco (CEHAB). (Funcionária da Creche Nossa Prata e informações do Projeto Político Pedagógico dessa unidade escolar).



Foto 10- Creche Nossa Prata, pertencente ao conjunto habitacional



Fonte: Fonte: Acervo fotográfico do MFSTP, s/d.

Por seu turno, o reservatório comunitário de água (Foto 10) é outro equipamento instalado na localidade a serviço dessa comunidade. Sobre as condições de atendimento desse serviço foi falado na página anterior.

Foto 11 . Reservatório comunitário de água do conjunto habitacional



Foto: O autor (2018).

A foto 11, por sua vez, mostra a construção da Unidade Básica de Saúde (UBS) que será o próximo equipamento público a se realizar para atender a população da Comunidade Nossa Prata. Ele será também mais um resultado das insistentes reivindicações dos movimentos sociais envolvidos e das famílias moradoras do CHNP. É oportuno lembrar neste momento de análise e reflexão que as reivindicações são uma das atividades políticas exercidas entre os movimentos sociais e seu papel na sociedade, como foi contextualizado nesse trabalho.

Da mesma forma, também se verifica aqui nessas ações por parte dos movimentos e das famílias moradoras do habitacional Nossa Prata a continuação das cobranças frente às autoridades competentes para a resolução de suas demandas mais urgentes.

Foto 12 . Construção da Unidade Básica de Saúde pertencente ao conjunto habitacional



Foto: O autor (2018).

Nesta pesquisa, também se inquiriu aos moradores sobre o que foi percebido por eles como avanços e conquistas de direitos em relação às ações dos movimentos sociais envolvidos nesse processo de luta, como também em que menos se avançou.

No contexto geral, em que estão incluídos os movimentos sociais é importante destacar suas ações e conquistas, tal como ressalta Gohn (2011), afirmando que eles contribuíram em muito para conquista de vários direitos sociais. Foi a partir do período que antecedeu a redemocratização do Brasil que se intensificaram as pressões sociais por vários direitos, e entre estes está o da moradia como um direito fundamental observado na Constituição de 1988 para todas as pessoas.

Sobre essa questão e apoiado nas palavras da referida autora é possível se relacionar o que está em continuidade nesse processo de lutas e conquistas através das ações dos movimentos sociais na atualidade. Sendo assim, é possível demonstrar qual foi o papel desses movimentos envolvidos na luta do CHNP e o que se obteve como avanço ou não ao seu final.

Inquirido sobre essa questão uma moradora entrevistada assim respondeu [p.a.] o principal foi a moradia, eles correram atrás de colégio, de posto de saúde, de

muitas coisas, só que até agora, o único bem que a gente teve foi a moradia digna [...]»

A resposta dos entrevistados revelou que o componente moradia é lembrado como o principal bem conquistado nesse processo. Aliás, a bandeira principal dos movimentos sociais de moradia e da luta empreendidas por estes, foi e continua tendo como prioridade a busca pela moradia.

O entrevistado lembrou a importância de se inserir nesse contexto da moradia outros itens que, na sua concepção, fazem parte das necessidades sociais para os moradores do CHNP.

A mesma moradora acima citada também se referiu ao que não foi implantado no habitacional até então e se referiu ao que ainda se precisa: «[...] um colégio, as ruas pavimentadas que muitas ainda estão inacabadas, não terminou, a principal mesmo da avenida só chegou até uma parte, não passou para o lado de cá, aqui ainda precisa de muita coisa [...]» Sobre esse aspecto foi citado neste trabalho o que determina o Capítulo II e Art 6º da Constituição federal de 1988, onde estão incluídos na relação dos direitos sociais outros componentes como educação e saúde, citados na resposta dos moradores entrevistados.

Outros direitos sociais também devem integrar o atendimento das demandas desses moradores para uma vida digna em comunidade, e assim possam ser contemplados em suas necessidades básicas sociais. A política urbana e habitacional, assunto tratado neste trabalho tem sua dimensão de importância para o compromisso de planejar e atender a essas necessidades no âmbito dos direitos fundamentais.

Sobre o que pode fazer essa política por uma população Carvalho, Stephan e Guedes (2015, p. 7) assinalam que

[...] a política habitacional deve considerar as dimensões cultural, espacial e social da sustentabilidade, que decorrem da sua capacidade de promover a igualdade social, provendo aos beneficiários o direito à moradia digna como vetor de inclusão social, mediante a garantia de um padrão mínimo de habitabilidade, infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos e serviços urbanos e sociais.

Dessa forma, assim colocada por esses autores, se verifica a convergência entre suas afirmações e a opinião dos entrevistados ao citarem a falta desses direitos ainda não incluídos no habitacional, lembrando a ausência de alguns

serviços e ao mesmo tempo chamando a atenção para serem introduzidos na localidade.

Apesar de ser mencionada pelos entrevistados a falta de alguns serviços e equipamentos públicos no habitacional Nossa Prata, deve-se ressaltar que os movimentos sociais cumpriram seu papel e alcançou seu alvo principal, as moradias, como já foi destacado.

Alguns serviços e equipamentos públicos já estão instalados e servindo a essa população a exemplos da creche, o pavimento de algumas ruas, a água potável e a energia elétrica. Outros serviços e bens públicos estão em andamento como o posto de saúde e a continuidade da pavimentação. As lideranças dos movimentos continuam atuando dentro do habitacional e cobrando o que ainda está faltando para integrar a infraestrutura na localidade.

### 3.3 OS DESAFIOS NA LUTA E O SIGNIFICADO DA CONQUISTA DA MORADIA

Os movimentos de moradia também têm seus desafios para serem ultrapassados e por isso precisam de seus integrantes para manter-se organizados e firmes na luta. Algumas dificuldades surgem, como por exemplo, através dos próprios membros do movimento que ao serem contemplados com suas casas se desarticulam do grupo.

Foi o que se verificou na fala da ativista do MTST, que assim mencionou:

O desafio maior que eu vejo é a gente manter as famílias organizadas para continuação da luta [...] a nossa principal bandeira é moradia, mas não é só moradia que a gente quer, a gente quer a garantia do direito pleno, direito à educação, direito do transporte, só que como eu lhe falei, o desafio maior é a gente manter esse grupo unido após a conquista da moradia, isso é um desafio para gente [...] eu digo que o desafio é manter a continuação da luta com eles [...]

A entrevistada em sua fala demonstra a preocupação que tem os representantes dos movimentos sociais em relação a manter a continuidade das lutas para outras conquistas e coloca a questão como o desafio maior dentro dos movimentos de moradia. Constatou-se que muitos integrantes dos movimentos depois de conquistar a tão sonhada moradia se acomodam e assim dificulta a continuidade da luta por outros direitos. É justamente por ocasião desse problema que se mostra forte a



atuação dos movimentos de moradia que não desistem, levantam outros líderes, reúnem outras famílias e dão continuidade na luta para conquistas futuras.

Os movimentos de moradia apesar de atuarem por uma causa justa para a população que se encontram sem uma casa própria e, portanto, lutam pela conquista de direitos sociais são discriminados pela própria sociedade. De acordo com as respostas de alguns entrevistados na pesquisa foi mencionada essa questão como um fator que prejudica a reputação e o trabalho dos movimentos.

Sabe-se que os famigerados movimentos de moradia, assim vistos por muitos, não gozam de boa fama diante de muitas pessoas na sociedade e também não escapam das críticas da mídia. Sobre isso, já foram colocados e discutidos neste trabalho os conceitos de ocupação e invasão que ilustram muito bem as concepções distintas a respeito das ações dos movimentos de moradia.

Na fala do morador e ativista do MTST entrevistado se obteve como resposta o seguinte: "Essa pergunta é essencial e fácil de responder, a dificuldade da gente na ocupação é uma coisa só, a discriminação [...]". Na resposta desse morador, como também de outros anteriormente entrevistados foram evidenciados os pensamentos equivocados que se faz a respeito dos movimentos de moradias. O referido morador entrevistado demonstrou com esta resposta tão breve, mais significativa, seu descontentamento em relação à própria sociedade que trata de maneira injusta, desigual e com indiferença as famílias que fazem parte dos movimentos de moradia e que, principalmente, vivem nas ocupações.

O fato de participar de um movimento de moradia e viver numa ocupação não significa que essas pessoas são de má índole e que querem provocar a desordem social. São famílias que estão em busca de suprir suas necessidades de moradia e para isso tem que passarem por situações como essas de ocupar terras, viver em assentamentos precários e pressionar o poder público para conseguir seus objetivos.

É lamentável como muitas pessoas que discriminam os movimentos sociais não enxergam os resultados bem-sucedidos de muitas dessas lutas e têm olhos bem aguçados apenas para ver o que não condiz com as intenções dos movimentos sociais e das famílias sem teto que lutam apenas pelo direito de ter suas moradias e viver uma vida digna em sociedade. Foi justamente através de várias dessas ocupações organizadas que muitas famílias de trabalhadores obtiveram suas moradias e saíram do laço do aluguel, da casa de parentes e até mesmo da rua.

Para os que não conseguem perceber pelo lado sério as ações dos movimentos de moradia na defesa de direitos sociais, evidencia-se neste trabalho o caso de conquistada da implantação do grande conjunto habitacional Nossa Prata. Ele é a efetivação de um direito que veio pela luta de um movimento organizado de famílias que acreditou na força de uma coletividade.

É preciso também descriminalizar as ações e a imagem dos movimentos sociais de moradia e, principalmente, reconhecê-los como verdadeiros heróis que lutam com coragem e determinação para solucionar os problemas sociais de muitas famílias e trabalhadores.

A moradora e ativista do MTST, expressa o que ela considera sobre as ações dos movimentos de moradia, em especial, sobre os movimentos sociais que estiveram à frente, apoiando este processo de luta, junto às famílias moradoras do CHNP.

É muito importante o trabalho deles, assim, uma pessoa se dedicar, abrir mão de sua família, das suas coisas para lutar pelas pessoas que nem conhece, não é parente, então se dedica, naquele momento, sem ter dia, sem ter hora, entra até se arriscando a própria vida [...]

É preciso também lembrar que os movimentos de moradia sérios, promovem ocupações organizadas, baseados no amparo das leis, e princípios jurídicos, como já foram citadas neste trabalho, a exemplo do próprio Estatuto da Cidade e a função social da propriedade. Portanto, se configura assim, como uma organização responsável e legítima, e que por isso, não pode, nem deveria, ser tratada com indiferença por certas pessoas e setores da sociedade.

Essa luta empreendida pelos movimentos e seus respectivos integrantes também deixou ao seu final um significado e simbolismo para os moradores do CHNP. Assim os moradores entrevistados responderam o que consideram como significado no resultado desse processo.

A ativista do MTST entrevistada define o que simboliza e significa a luta e o resultado dela para os movimentos sociais envolvidos e os moradores contemplados nesse processo com suas moradias.

[...] o que simboliza para a gente é esse resultado, essa garantia desse direito, dessa moradia, porque é algo que sai do campo subjetivo para o campo material, porque é a nossa conquista que estar se tornando realidade [...] e aí quando a gente materializa isso,

em ver coisas concretas, isso tem uma simbologia muito grande, porque isso mostra a força que o movimento tem, a força que a luta coletiva tem [...] então quando a gente mostra para a sociedade o resultado dessa luta, isso deixa, isso tem um significado muito grande, é um legado que o movimento deixa [...]

Mais uma vez é oportuno se reportar aos direitos sociais observados pela Constituição federal de 1988, em seu Capítulo II e Art. 6º. A entrevistada ressalta a obtenção das moradias como uma conquista que simboliza a garantia de um direito, que se tornou realidade, como resultado de um processo de luta, mostrando a força dos movimentos sociais e de uma coletividade.

Em suas palavras foi algo que se concretizou, transformou-se em realidade, ou seja, se materializou o que estava subjetivamente na idéia dessas pessoas. Ela ver o que aconteceu pela força que o movimento tem de fazer e mostrar para a sociedade o resultado da luta. Isso é o significado como ela definiu tão bem com suas palavras, ~~o~~ que saiu do campo subjetivo para o campo material+.



#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tal como constatado, este trabalho teve como finalidade analisar a trajetória de luta de quatro movimentos pela moradia na cidade de Paulista, ressaltando os avanços, desafios, obstáculos e o significado dessa luta, que, como visto, resultou na construção do conjunto habitacional aqui estudado. Esse foi (e ainda está sendo) um processo de muita luta e as conquistas até o momento, apesar de bastante simbólicas, a exemplo da construção das unidades habitacionais, ainda são muito aquém do que se precisa para se efetivar vários aspectos do direito à cidade, como equipamentos de lazer, saneamento básico, arborização, equipamentos públicos de serviços essenciais como educação e saúde, dentre outras benfeitorias que ainda precisam ser providas no CHNP.

O estudo tomou conhecimento e revelou que os movimentos sociais envolvidos nessa luta vêm atuando em prol desses e de outros elementos que materializam o direito à cidade no contexto da área estudada. Tal como visto neste trabalho, por meio da luta e ao mesmo tempo de formas de resistência, os movimentos MLT, MTST, MFSTP e MLTM conseguiram conquistar espaços de diálogos junto ao poder público por meio de ações como participação em eventos como fóruns e conselhos, bem como por meio de realização de assembleia com os acampados, como forma de pressionar o poder público e atingirem seus objetivos. Vale frisar que essas conquistas de âmbito local não estão desvinculadas de um processo maior relacionado com a luta pela moradia e o direito à cidade no contexto nacional. A própria aprovação do Estatuto da Cidade é parte desse contexto maior e a luta aqui analisada é parte dessa conquista mais ampla.

Através da literatura sobre o tema se constatou que os movimentos sociais têm opositores e realizam estratégias de mobilização e pressão nos enfrentamentos com seus adversários para efetivar seus objetivos e metas. Os movimentos sociais viabilizam o acesso a terra urbanizada e a conquista da moradia para as famílias de baixa renda por meio de suas ações políticas. Eles têm criado poder popular e conscientiza a população sobre os direitos fundamentais. Esses movimentos, dessa forma, estimulam a luta organizada e coletiva como meio de obter resultados positivos para a melhoria de vida da população, de acordo com as reais demandas dos mais necessitados. Este legado, sem dúvida, se aplica ao caso aqui estudado,

pois se reconhece que sem a participação de forma coletiva e democrática dificilmente se teria conseguido as conquistas já materializadas.

Constatou-se na pesquisa que os marcos legais e a provisão de políticas públicas voltadas para a moradia popular, resultam de antigas reivindicações dos movimentos sociais, ainda que nem sempre eles desfrutem do efetivo protagonismo na mídia e na elaboração das referidas políticas, suas ações acabam por pressionar o poder público. Da parte do poder público, o que se constatou foi que este só se prontificou em atender as demandas das famílias depois de muita pressão e protestos realizados pelos movimentos. Dessa forma, entende-se que o projeto de construção das moradias só foi efetivado porque houve de fato um grande esforço e resistência dos movimentos e das famílias envolvidas nessa luta.

É evidente que experiências como esta, que resultaram na implantação de um conjunto habitacional para a população carente, são ainda pontuais. Contudo, vale destacar que o resultado dessa experiência foi fruto das ações e das reivindicações dos movimentos de luta pela moradia. Logo, nada foi gratuito e ainda há muito que se conquistar para a melhoria efetiva das condições de vida no referido conjunto habitacional. Nesse sentido, esse processo de luta é revelador das ações dos movimentos sociais envolvidos que tiveram papel estratégico e decisivo através de suas atuações específicas, no diálogo e pressão junto ao poder público para que fosse viabilizada a edificação das moradias.

Vale lembrar que por meio desse resultado os movimentos concretizaram um dos direitos à cidade, que é o direito à moradia, faltando, como já dito, conquistar outros direitos. Não é demais afirmar que o atendimento desses direitos nada mais é do que uma determinação legal prevista na Constituição cidadã de 1988.

É preciso lembrar, ainda, das etapas pelas quais todos os envolvidos passaram nessa luta, como: as reuniões preparatórias que definiram as tomadas de decisões, o momento decisivo para ocupar o terreno, os protestos, as manifestações, as dificuldades cotidianas dentro das ocupações, os enfrentamentos com o poder público, as negociações e, por fim, os acordos que efetivou a construção das moradias. Todas essas ações atestam os esforços empreendidos pelos movimentos e as famílias, tudo que tiveram que passar para conseguir ter o direito de morar na cidade, bem como o direito de possuir a casa própria.

A implantação do CHNP como resultado desse processo representa e simboliza a força de uma coletividade que busca com seus próprios esforços superar

suas carências e dificuldades. Eles deixam dessa forma um legado de aprendizados como protagonista nessa experiência de luta e conquistas de direitos.

Por último, considerando que este trabalho não teve a pretensão e tampouco conseguiu dar conta amplamente de toda a problemática aqui analisada, sugere-se aos que se interessarem nessa temática dar continuidade para os desvendamentos de outros resultados nessa questão da falta de moradia, da luta e do direito à cidade na cidade de Paulista-PE. Há, sem dúvida, muito a ser estudado e compreendido para que se avance na luta pelo direito à cidade, seja no contexto da RMR, seja em tantas outras realidades urbanas brasileiras. O desafio está posto!

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil**. 1994.

Disponível em:

<[www.analisesocial.ics.ul.pt/documentos/122337539C9uKS3pp5Cc74XT8.pdf](http://www.analisesocial.ics.ul.pt/documentos/122337539C9uKS3pp5Cc74XT8.pdf)>.

Acesso em: 05 de fev. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:

<[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/.../CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/.../CF88_Livro_EC91_2016.pdf)

>. Acesso em: 05 fev. 2018

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos.

**Lei Federal nº 4.380, de 21 de agosto de 1964**. Disponível em: <

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L4380.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4380.htm)>. Acesso em: 05 fev. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos.

**Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Disponível em:

<[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm)>. Acesso em: 05 fev.

2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos.

**Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005**. Disponível em: <

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11124.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11124.htm)>. Acesso

em: 05 fev. 2018.

CARVALHO; STEPHAN; GUEDES. Sustentabilidade da habitação de interesse social: o caso do Conjunto Habitacional César Santana Filho em Viçosa . MG.

**Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**. v.3, n.16, 2015.

COSTA, Marco Antonio F. da; COSTA, Maria de Fátima Barrozoda. **Projeto de**

**pesquisa: entenda e faça**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GOHN, Maria da Gloria. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista**

**Brasileira de Educação**, v. 16n. 47 maio/ago., 2011. Disponível em:

<[www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf)>. Acesso em: 05 fev. 2018.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre Iniciação à pesquisa científica**. 3.

ed. Campinas (SP): Alínea, 2003.

LEÃO, Talita França, et. al. Movimentos sociais no Brasil: MST e MTST. In: Colóquio

do NUGEA, 2., 2016, Juiz de Fora. **Anais** [...] Juiz de Fora: UFJF, 2016. Disponível

em: <[www.ufjf.br/nugea/files/2016/06/Texto-Nugea-Talita-França2.pdf](http://www.ufjf.br/nugea/files/2016/06/Texto-Nugea-Talita-França2.pdf)>. Acesso em:

05 nov. 2018.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LORENZETTI, Maria Silvia; ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães de. **Consultoria legislativa: política urbana e habitacional - estudo 2015**. Disponível em: <[www.2.camara.leg.br/.../politica-urbana-e-habitacional\\_maria-lorenzetti-e-suely-arajuo...](http://www.2.camara.leg.br/.../politica-urbana-e-habitacional_maria-lorenzetti-e-suely-arajuo...)>. Acesso em: 05 fev. 2018.

MARICATO, Ermínia Terezinha Menon. **O Ministério das Cidades e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano: políticas sociais . acompanhamento e análise**. 2006. Disponível em: <[www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/.../politicassociais/ensaio2\\_ministerio12.p](http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/.../politicassociais/ensaio2_ministerio12.p)>. Acesso em: 05 fev. 2018.

MIRANDA, Larissa Ana dos santos. In: Encontro Nacional de Geógrafos. 18., 2016, São Luiz. **Anais [...]** São Luiz: UFMA, 2016. Disponível: <<http://www.eng2016.agb.org.br/>>. Acesso: 05 fev. 2018.

MONTEIRO, Adriana Roseno; VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. A questão habitacional no Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v. 16, e16015, 2017. Disponível em: <[www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1609/741](http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1609/741)>. Acesso em: 05 fev. 2018.

PREFEITURA DE PAULISTA. Paulista entrega segunda etapa do habitacional Nossa Prata. 2014. Disponível: <<http://paulista.pe.gov.br/site/noticias/detalhes/743>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global editora, 1986..

PAZ, Rosangela Dias Oliveira. Participação em Habitação de Interesse Social: A Experiência da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo Junto ao Poder Público. In: Colóquio Brasil . Portugal. 4., 2016, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: Mackenzie, 2016. Disponível em: <[https://www.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/PUBLIC/SITES/PORTAL/IV\\_COLOQUIO\\_BRASIL-PORTUGAL/28.pdf](https://www.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/PUBLIC/SITES/PORTAL/IV_COLOQUIO_BRASIL-PORTUGAL/28.pdf)>. Acesso em: 05 fev. 2018.

## **APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS MORADORES**

### **Perguntas**

1 Quais as estratégias utilizadas pelos moradores na luta para pressionar o poder público pela implantação do Conjunto Habitacional Nossa Prata?

2 Quais movimentos sociais de luta pela moradia os apoiaram nesse processo pela implantação do Conjunto Habitacional Nossa Prata e como avalia a participação deles nesse processo?

3 Por que a escolha da localização onde foi implantado o mencionado conjunto habitacional? Havia outras áreas vislumbradas pelo movimento? Se sim, quais?

4 Que reivindicações foram levadas ao poder público municipal de Paulista-PE por parte do movimento de luta pela moradia e quais as que já foram e as que ainda não foram atendidas até o momento?

5 Dos serviços públicos essenciais mencionados a seguir, como avalia a situação atual no Conjunto Habitacional Nossa Prata em relação a presença e qualidade

a) do transporte coletivo?

b) dos equipamentos de saúde?

c) dos equipamentos de educação?

d) das creches?

e) da limpeza urbana?

f) da segurança pública?

g) da iluminação pública?

h) do saneamento básico? (envolvendo pavimentação, drenagem pluvial, rede de coleta e tratamento do esgoto).

6 Na sua opinião, em que aspectos o movimento conseguiu avançar e conquistar direitos e em que aspectos menos se avançou? A que se deve isso?

7 Na sua opinião, o que até o momento é mais significativo ou mais importante pra você nesse processo de luta pela implantação do Conjunto Habitacional Nossa Prata?

## **APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM LIDERANÇAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL NOSSA PRATA**

### **Perguntas**

1 Primeiramente, gostaria que fizesse um histórico do processo de organização e luta pela moradia até a implantação do Conjunto Habitacional Nossa Prata. Quando surgiu tal luta, quantas e quais entidades envolvidas, quem deu início, como se organizaram, quais os obstáculos primeiros e os atuais, bem como os desafios e avanços alcançados até o presente momento.

2 Quantas famílias e quantas pessoas ao todo se mobilizaram nessa luta pela implantação do Conjunto Habitacional Nossa Prata?

3 De que municípios e/ou comunidades provêm as pessoas que compõem o movimento de luta pela implantação do Conjunto Habitacional Nossa Prata?

4 Há quanto tempo esse movimento de luta pela moradia atua na RMR? Como se deu a participação deste movimento na luta pela implantação do Conjunto Habitacional Nossa Prata?

5 Por que a escolha por esta localização onde foi implantado o conjunto habitacional? Havia outras áreas vislumbradas pelo movimento para o assentamento das famílias? Se sim, quais?

6 Que demandas do movimento em relação ao Conjunto Habitacional Nossa Prata são mais específicas do poder público federal, estadual e do municipal?

7 Como avalia a relação do movimento com o poder público? Em que setores o movimento tem conseguido chegar a bom termo e em que setores a negociação com o poder público se mostra mais complicada? Por quê?

8 Em relação ao poder público municipal de Paulista, que reivindicações foram levadas por parte do movimento de luta pela moradia e quais as que já foram e as que ainda não foram atendidas até o momento?

9 As mudanças de conjuntura ocorridas no governo federal nos últimos tempos tiveram alguma repercussão prática para o movimento no que tange ao Conjunto Habitacional Nossa Prata? Se sim, gostaria que explicasse o que mudou.

10 Dos serviços públicos essenciais mencionados a seguir, como avalia a situação atual no Conjunto Habitacional Nossa Prata em relação a presença e qualidade

a) do transporte coletivo?

b) dos equipamentos de saúde?

- c) dos equipamentos de educação?
- d) das creches?
- e) da limpeza urbana?
- f) da segurança pública?
- g) da iluminação pública?
- h) do saneamento básico? (envolvendo pavimentação, drenagem pluvial, rede de coleta e tratamento do esgoto).

11 Qual a simbologia desse processo de luta e do Conjunto Habitacional Nossa Prata para os movimentos de luta pela moradia e para os seus moradores?